



# Anais da Assembléia

Nº 177

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XI X

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 127.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Preis, Namir Piacentini e Paulo Maia (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 121/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Consubstanciando o resultado de atualizados estudos realizados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, em aditamento à Mensagem nº 162/90 e Ofício nº 147/91, um novo texto

para a "Lei Estadual do Meio Ambiente", substituindo o do Projeto de Lei nº 456/90, que tramita por essa Casa.

O texto ora encaminhado está perfeitamente atualizado, inclusive em relação à vigente estrutura orgânica do Estado, que hoje conta com uma Pasta permanente para o setor, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, criada pela Lei nº 10.066, de 27 de junho de 1992 e, também, com a autarquia Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgãos aos quais estão afetas as questões inerentes à Política Estadual do Meio Ambiente e que, obviamente, ficarão encarregados da execução da medida ora proposta quando, aprovada, transformar-se em lei.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

LEI ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 1º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios, à coletividade e aos cidadãos o dever de defendê-lo e preservá-lo para gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a presente lei.

Art. 2º - A garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado compreende, entre outros os seguintes direitos:

I - um ambiente que garanta sua qualidade de vida e saúde para si e seus pósteros;

II - acesso aos bancos públicos de informação sobre a qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais;

III - acesso às informações sobre os impactos ambientais de obras e atividades potencialmente perigosas à saúde e à estabilidade do meio ambiente;

IV - acesso à educação ambiental;

V - acesso aos monumentos naturais e áreas legalmente protegidas, guardada a consecução dos objetivos de proteção;

VI - opinar, no caso de obras e atividades potencialmente perigosas à saúde e ao meio ambiente, sobre sua localização e padrões de operação.

Art. 3º - Todas as pessoas, físicas e jurídicas deverem garantir a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade assim como corrigir ou fazer corrigir às suas expensas os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por elas desenvolvida.

Parágrafo Único - É dever de todo cidadão informar ao Poder Público sobre atividades poluidoras ou degradadoras que tiver conhecimento.

Art. 4º - O Poder Público garantirá a informação a respeito da situação e disponibilidade dos recursos ambientais, bem como das ações ou atividades suscetíveis de os alterarem e as suas conseqüências e efeitos sobre a população.

§ 1º - A divulgação dos níveis de qualidade dos recursos ambientais deverá sempre ser acompanhada da indicação dos principais agentes degradadores ou poluidores.

§ 2º - O Estado assegurará ao cidadão, mediante a necessária divulgação de informações, o conhecimento sobre a utilização do meio ambiente e os meios necessários à sua participação na formulação e execução da Política Estadual do Meio Ambiente.

Art. 5º - O Poder Público sujeitará as políticas de crescimento econômico e social às de proteção do meio ambiente, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentado.

§ 1º - Não poderão ser realizadas ações ou atividades suscetíveis de alterar a qualidade do ambiente sem consideração do estudo prévio de impacto ambiental.

§ 2º - As ações ou atividades poluidoras ou degradativas serão limitadas pelo Poder Público visando a recuperação das áreas atingidas.

Art. 6º - Aquele que direta ou indiretamente causar dano ao meio ambiente será responsabilizado civilmente, independentemente de culpa ou dolo.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das sanções penais e administrativas, e da responsabilidade em relação a terceiros, fica obrigado, o agente causador do dano a recuperá-lo e corrigi-lo.

Art. 7º - A utilização de recursos ambientais, com fins econômicos será objeto de retribuição mediante o pagamento de taxa correspondente aos custos dos serviços de fiscalização e proteção do meio ambiente.

Art. 8º - As pessoas físicas e jurídicas que realizarem doação de qualquer natureza ao Poder Público, com objetivo de recuperar ou proteger o meio ambiente po-

derão gozar de benefícios, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 9º - A Administração Pública somente poderá conceder benefícios, estímulos e financiamento para atividades que comprovem o atendimento às prescrições da legislação ambiental.

## CAPÍTULO II

### POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 10º - O Poder Público Estadual elaborará e implementará a Política Estadual de Meio Ambiente que concilie a ação da administração e fomento à ação de iniciativa privada, para atingir os objetivos, princípios e proteção estabelecidos nesta lei e demais normas legais pertinentes.

§ 1º - A Política Estadual do Meio Ambiente deverá formular estratégias para a proteção do meio ambiente e gestão dos recursos ambientais e diretrizes para o seu detalhamento em planos setoriais e de acompanhamento e avaliação.

§ 2º - Na formulação da Política Estadual do Meio Ambiente o Poder Público garantirá a origem e a utilização dos recursos financeiros, humanos, tecnológicos e operacionais necessários à sua implementação.

Art. 11 - A Política Estadual do Meio Ambiente terá as seguintes diretrizes básicas:

I - o desenvolvimento e implementação dos diversos organismos de ação setorial do Estado;

II - a garantia de participação da comunidade na sua formulação e implementação;

III - a adequação entre a disponibilidade e os limites dos recursos ambientais, de um lado e, de outro, o desenvolvimento e a dinâmica demográfica do Paraná;

IV - a integração com a Política Nacional de Meio Ambiente e com as demais políticas setoriais do Estado e da União;

V - o respeito ao modo de vida e às práticas culturais das populações locais;

VI - o desenvolvimento científico e tecnológico;

VII - a mobilização e educação ambiental;

VIII - a fiscalização permanente.

Parágrafo Único - Na elaboração da Política Estadual do Meio Ambiente deverá ser levado em consideração o padrão de integração entre os recursos ambientais e atividades ocorrentes no Paraná com aquelas que se verificam em outras unidades geopolíticas.

Art. 12 - Fica criado o Sistema Esta-

dual do Meio Ambiente com o objetivo de gerir os recursos ambientais e a conservação e preservação do meio ambiente mediante a integração dos diversos níveis de governo envolvidos, garantida a participação da comunidade, especialmente, das associações ambientalistas.

Art. 13 - Compõem o Sistema Estadual do Meio Ambiente:

I - O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA;

II - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

III - As Secretarias de Estado e Organismos da Administração Direta ou da Indireta cuja ação interfira na conformação da paisagem, nos padrões de apropriação e uso dos recursos ambientais e na sua conservação e preservação;

IV - o Instituto Ambiental do Paraná;

V - o Ministério Público Estadual;

VI - os Órgãos Municipais gestores dos recursos naturais.

Art. 14 - O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, de caráter consultivo, responsável pelo acompanhamento da Política Estadual do Meio Ambiente, é composto pelos seguintes membros:

- a) o Secretário de Estado do Meio Ambiente, na qualidade de Presidente;
- b) o Secretário de Estado da Agricultura do Abastecimento ou representante por ele designado;
- c) o Secretário de Estado da Educação ou representante por ele designado;
- d) o Secretário de Estado da Saúde ou representante por ele designado;
- e) o Secretário de Estado da Cultura ou representante por ele designado;
- f) o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano ou representante por ele designado;
- g) o Secretário de Estado da Segurança Pública ou representante por ele designado;
- h) o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico ou representante por ele designado;
- i) o Procurador Geral do Estado ou representante por ele designado;
- j) o Secretário da Indústria e Comércio ou representante por ele designado;
- k) 01 representante do Ministério Público Estadual, através da Promotoria especializada;
- l) 01 representante de entidade ambiental legalmente constituída há mais de um ano;
- m) 01 representante de instituição universitária;
- n) 01 representante da Federação das Indústrias do Paraná;
- o) 01 representante da Federação da Agri-

Curitiba, segunda, em 13.12.93

cultura do Paraná;

p) 01 representante da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Paraná;

q) 01 representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná;

r) 01 representante da Associação dos Municípios do Paraná;

s) 01 representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná;

t) 01 representante dos Trabalhadores do Comércio do Paraná.

§ 1º - O mandato dos membros de que trata as alíneas "l", "m", "n", "o", "p", "q", "r", "s" e "t" deste artigo será de 2 (dois) anos, não sendo permitida a recondução, sendo que o 1º mandato será de um ano coincidindo com a data de posse do Governador do Estado.

§ 2º - Nas reuniões do Conselho, o Presidente terá o voto de qualidade.

§ 3º - A Secretaria Executiva do CEMA será exercida pelo Instituto Ambiental do Paraná, que propiciará o necessário apoio técnico e administrativo ao desempenho das atividades do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Art. 15 - São instrumentos de Política Estadual do Meio Ambiente:

I - O Fundo Estadual do Meio Ambiente;

II - A Estratégia Estadual de Preservação e Conservação do Meio Ambiente e Gestão Ambiental;

III - O Plano Estadual de Preservação e Restauração dos Processos Ecológicos, Manejo Ecológico das Espécies e Ecossistemas;

IV - O zoneamento ecológico;

V - O Cadastro Técnico Rural e o Sistema Estadual de Informações Ambientais;

VI - O consórcio e comitês de bacias hidrográficas e respectivos planos de manejo;

VII - os planos de preservação de mananciais;

VIII - os zoneamentos das diversas atividades produtivas;

IX - a avaliação do Impacto Ambiental;

X - a análise de riscos;

XI - a fiscalização;

XII - a educação ambiental;

XIII - o Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

XIV - o licenciamento ambiental;

XV - a outorga de uso e derivação de recursos hídricos;

XVI - os acordos, convênios, consórcios e outros mecanismos associativos de gerenciamento de recursos ambientais;

XVII - a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos mediante:

- a) o inventário da disponibilidade, a avaliação das demandas e o estabelecimento das prioridades dos usos dos recursos hídricos;

- b) o estabelecimento de normas para a recuperação e preservação dos recursos hídricos;
- c) o registro, o acompanhamento e a fiscalização das outorgas de uso e derivação de recursos hídricos;
- d) o fomento da participação comunitária e de órgãos afins.

### CAPÍTULO III DO FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 16 - O Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, tem como objetivo a alocação de recursos financeiros em planos, programas, projetos, pesquisas e atividades que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais, através do controle, fiscalização, prevenção, conservação e recuperação do meio ambiente, no sentido de elevar a qualidade de vida da população.

Art. 17 - O FEMA será gerenciado pela SEMA, através do Instituto Ambiental do Paraná, que, semestralmente ou quando solicitado, apresentará relatório das atividades e dos recursos recebidos e gastos.

Parágrafo Único - Os relatórios semestrais serão analisados por auditores do Tribunal de Contas.

Art. 18 - São fontes de recursos da FEMA:

- I - o produto das multas por infrações a normas ambientais;
- II - dotações orçamentárias da União do Estado e de Municípios;
- III - rendimento de qualquer natureza derivado da aplicação de seu patrimônio;
- IV - recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;
- V - arrecadação decorrente de acordos, convênios, contratos e consórcios;
- VI - receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- VII - recursos resultantes da aplicação da Lei nº 7347 de 24/07/1985;
- VIII - outras receitas eventuais.

§ 1º - as pessoas físicas e jurídicas que fizerem doações ao FEMA poderão gozar de benefícios relativos aos impostos estaduais, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 2º - os recursos previstos neste artigo, serão depositados em conta especial a crédito do FEMA.

Art. 19 - Os recursos do FEMA serão aplicados em projetos e programas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, bem como utilizados para financiamento, participações acionárias a fundo perdido ou

não, apresentados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, e que atendam aos objetivos desta lei.

Parágrafo Único - O FEMA poderá remunerar órgão ou entidade competente por pareceres técnicos e fiscalização dos projetos aprovados.

Art. 20 - O saldo positivo do FEMA, apresentado em balanço anual, será transferido para exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 21 - O Poder Executivo aprovará por decreto a regulamentação do FEMA no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada em vigor desta lei.

## TÍTULO II PATRIMÔNIO AMBIENTAL

### CAPÍTULO I PATRIMÔNIO AMBIENTAL ESTADUAL E NACIONAL

Art. 22 - Constituem o patrimônio ambiental do Estado do Paraná o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações, de ordem física, química, biológica e social, que abriga e rege a vida em todas as suas formas.

§ 1º - Os elementos constitutivos do patrimônio ambiental estadual são considerados bens de interesse comum a todos os cidadãos, devendo sua utilização, sob qualquer forma, ser submetida às limitações que a legislação em geral, e especialmente esta Lei, estabelecem.

§ 2º - Pela sua relevância considera-se patrimônio ambiental a ser especialmente protegido, os remanescentes primários dos ecossistemas típicos representativos das diversas regiões fisiográficas do Estado, em especial:

- a) os complexos estuarinos das baías do Litoral do Paraná;
- b) a Serra do Mar e a Floresta Atlântica;
- c) as escarpas do Segundo e Terceiro Planalto;
- d) os Campos Gerais;
- e) as Florestas de Araucária;
- f) os Cerrados;
- g) os remanescentes nativos das florestas pluviais, tropicais e sub-tropicais também designadas a mata da Bacia do Rio Paraná;
- h) as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção.

§ 3º - Consideram-se sítios de valor ecológico e, portanto especialmente protegidos, os remanescentes primitivos e as áreas de menor grau de antropização, representativos dos ecossistemas típicos das diversas regiões fisiográficas do Estado.

Art. 23 - A Mata Atlântica, a Serra do

Mar e a Zona Costeira constituem patrimônio nacional com incidência no território paranaense e sujeitam-se a uso regulamentado, conforme limites e diretrizes fixados pela legislação federal e por esta lei.

§ 1º - Para assegurar a proteção das áreas consideradas como patrimônio nacional, incumbe ao Poder Executivo:

- a) delimitar as áreas abrangidas;
- b) intensificar o controle e a fiscalização do cumprimento das normas ambientais;
- c) estimular a pesquisa voltada ao uso racional e sustentado dos recursos ambientais;
- d) incluir no orçamento recursos necessários às ações voltadas à proteção desses ecossistemas.

§ 2º - A gestão, o controle e os critérios de utilização racional das áreas consideradas patrimônio nacional no Estado, serão definidas nesta lei, seus regulamentos, e em Plano Regional de Gerenciamento, observadas as normas gerais federais e os Planos Nacionais.

Art. 24 - Visando a proteção da Mata Atlântica no Estado do Paraná e para efeito do disposto no art. 6º e parágrafo único do Decreto Federal nº 750, de 10.02.93, considera-se:

I - Vegetação Primária - vegetação de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos antrópicos mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies;

II - Vegetação Secundária ou em regeneração: vegetação resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária;

§ 1º - Os estágios de regeneração da vegetação secundária a que se refere o artigo 6º do Decreto 750/93, passam a ser assim definidos:

I - Estágio Inicial:

- a) fisionomia herbácea/arbustiva de porte baixo, com cobertura vegetal variando de fechada a aberta;
- b) espécies lenhosas com distribuição diamétrica de pequena amplitude;
- c) epífitas, se existentes, são representadas principalmente por líquenes, briófitas e pteridófitas, com baixa diversidade;
- d) trepadeiras, se presentes, são geralmente herbáceas;
- e) serapilheira, quando existe, forma uma camada fina pouco decomposta, contínua ou não;
- f) diversidade biológica variável com pou-

Curitiba, segunda, em 13.12.93

cas espécies arbóreas ou arborescentes, podendo apresentar plântulas de espécies características de outros estágios;

g) espécies pioneiras abundantes;

h) ausência de subosque;

II) - Estágio Médio:

a) fisionomia arbórea e/ou arbustiva, predominando sobre a herbácea, podendo constituir estratos diferenciados;

b) cobertura arbórea, variando de aberta a fechada, com a ocorrência eventual de indivíduos emergentes;

c) distribuição diamétrica apresentando amplitude moderada, com predomínio de pequenos diâmetros;

d) epífitas aparecendo com maior número de indivíduos e espécies em relação ao estágio inicial, sendo mais abundantes na floresta ombrófila;

e) trepadeiras, quando presentes são predominantemente lenhosas;

f) serapilheira presente, variando de espessura de acordo com as estações do ano e a localização;

g) diversidade biológica significativa;

h) subosque presente.

III) Estágio Avançado:

a) fisionomia arbórea dominante sobre as demais, formando um dossel fechado e relativamente uniforme no porte, podendo apresentar árvores emergentes;

b) espécies emergentes, ocorrendo com diferentes graus de intensidade;

c) copas superiores, horizontalmente amplas;

d) distribuição diamétrica de grande amplitude;

e) epífitas presentes em grande número de espécies e com grande abundância, principalmente na floresta ombrófila;

f) trepadeiras, geralmente lenhosas, sendo mais abundantes e ricas em espécies na floresta estacional;

g) serapilheira abundante;

h) diversidade biológica muito grande devido à complexidade estrutural;

i) estratos herbáceos, arbustivo e um notadamente arbóreo;

j) florestas neste estágio podem apresentar fisionomia semelhante a vegetação primária;

l) subosque normalmente menos expressivo do que no estágio médio;

m) dependendo da formação florestal, pode haver espécies dominantes.

§ 2º - A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica no Estado do Paraná, dependerá de parecer técnico, decisão motivada e autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, atestando-se o cumprimento dos requisitos enumerados no art. 2º e incisos

do Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993.

§ 3º - A supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica será permitida quando atendidos os seguintes requisitos:

I - desenvolvimento de projetos ou atividades que permitam a sustentabilidade econômica da propriedade;

II - atendimento da função social da propriedade, especialmente no que se refere a existência na propriedade de cobertura florestal mínima de 20% (vinte por cento) e proteção das áreas de preservação permanente.

§ 4º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, poderá autorizar pedidos de corte individual de espécies da flora nos seguintes casos:

I - quando a espécie ameace a segurança individual ou coletiva;

II - para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais;

III - para confecção de artesanato rudimentar das populações tradicionais, atendidos os limites da capacidade individual e familiar e as condições ecológicas da propriedade.

§ 5º - Nos procedimentos administrativos a que se refere esta Lei constará parecer técnico conclusivo do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, acerca das limitações expressas no art. 7º do Decreto Federal nº 750, de 10.02.93.

§ 6º - Nas propriedades onde houver supressão ou descaracterização irregular da floresta o Instituto Ambiental do Paraná - IAP exigirá o reflorestamento com espécies nativas típicas da região.

#### SEÇÃO I RECURSOS HÍDRICOS

Art. 25 - Compete ao Poder Público:

I - a gestão dos recursos hídricos, com base na Bacia Hidrográfica;

II - estabelecer padrões visando a garantia da qualidade e quantidade de água para abastecimento público;

III - assegurar os usos múltiplos da água, aferida a ordem de necessidade para abastecimento doméstico, para dessedentação de animais, para geração de energia, para irrigação, para uso industrial e para diluição de despejos;

IV - a preservação de navegabilidade dos corpos d'água potencialmente navegáveis;

V - estabelecer padrões visando a garantia da qualidade de água adequada a perfeita reprodução da flora e fauna aquáticas;

VI - a promoção da classificação das águas doces, salobras e salinas;

VII - o monitoramento dos corpos d'água e dos efluentes urbanos, industriais e agrícolas;

VIII - a divulgação sistemática dos dados a respeito da qualidade da água, com ênfase nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos, cidades médias, áreas, cidades e distritos industriais, mediante campanha sistemática nos diversos meios de comunicação, com indicação dos principais agentes poluidores;

IX - o fomento e incentivo ao reflorestamento e ao manejo florestal sustentado, e a promoção do manejo integrado de solos visando assegurar a qualidade das águas dos lagos das hidroelétricas e suas bacias de contribuição;

X - a regulamentação das atividades de lazer e turismo ligada aos corpos d'água como forma de promover a vigilância civil sobre a qualidade da água;

XI - a implantação, operacionalização e manutenção da rede de coleta de dados fluviométricos, pluviométricos, sedimentométricos e de qualidade das águas;

XII - a implantação de redes fluviométricas de alerta indicadoras de enchentes em regiões consideradas críticas, divulgando as informações às comunidades envolvidas;

XIII - a outorga, pelo IAP de concessões, autorizações e permissões para uso ou derivação de águas de domínio do Estado, mediante ato administrativo específico e pagamento de preço público pela utilização do recurso hídrico, conforme for estabelecido em regulamento;

XIV - a autorização, pelo IAP, de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos, no território estadual;

XV - a avaliação e a classificação sistemática do potencial dos aquíferos, de acordo com a sua situação e padrões qualitativos e quantitativos;

XVI - a pesquisa das relações entre as atividades agrícolas, industriais e de efluentes urbanos e a qualidade dos aquíferos; e

XVII - o fomento à criação de consórcios nas bacias hidrográficas do Estado do Paraná, com a participação do Estado, dos Municípios, da iniciativa privada, das associações comunitárias e de organismos internacionais.

Parágrafo Único - É dever dos usuários das águas, o auto monitoramento permanente, tanto dos corpos receptores como dos efluentes.

#### SEÇÃO II DO SOLO

Art. 26 - Compete ao Poder Público:

I - garantir a correta utilização do solo, minimizando os processos físicos,



químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias adequadas e manejo;

II - garantir a prioridade para uso agrossilvopastoril e nestes para a produção de alimentos;

III - garantir prioridade para o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solos e águas;

IV - promover o desenvolvimento de tecnologia agrícola de conservação do solo, contempladas as peculiaridades fisiográficas regionais;

V - elaborar e implementar zoneamento agrossilvopastoril que vise a proteção do solo e a minimização de seus processos de degradação;

VI - fomentar, inclusive financeiramente, o desenvolvimento de atividades florestais temporárias e permanentes em áreas degradadas;

VII - exigir, a recuperação florística nas áreas de preservação permanente, em especial nas áreas de ocorrência dos arenitos Caiuá, Furnas e Botucatu;

VIII - adotar medidas que sustentem a desertificação e recuperem as áreas degradadas.

### SEÇÃO III DO SUBSOLO

Art. 27 - Compete ao Poder Público:

I - promover a avaliação, mapeamento e divulgação sistemática do potencial mineral do Estado;

II - garantir, pela adequada fixação de padrões tecnológicos e operacionais, a otimização da pesquisa e exploração das jazidas minerais existentes no Paraná, respeitadas as diretrizes ambientais;

III - garantir a conservação e proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território paranaense;

IV - promover o monitoramento da qualidade das águas sub-superficiais;

V - promover a avaliação sistemática do potencial dos aquíferos subterrâneos, seguida da divulgação de um diagnóstico anual a respeito da situação qualitativa e quantitativa dos mesmos;

VI - classificar os aquíferos de acordo com seu padrão de qualidade;

VII - pesquisar as relações entre as atividades agrícolas de alta utilização dos insumos químicos e da qualidade da água dos aquíferos subterrâneos;

VIII - proteger as áreas de recargas dos aquíferos de relevante interesse para o abastecimento público.

### SEÇÃO IV DO RELEVO

Art. 28 - Compete ao Poder Público:

I - regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

II - proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens estadual e macrorregionais;

III - declarar a intangibilidade dos monumentos naturais de referencial topográfico.

### SEÇÃO V DA FLORA

Art. 29 - Ficam sob a tutela desta lei todas as florestas existentes no território paranaense, bem como as formações florísticas nativas de porte não arbóreo, de significativo interesse ambiental.

§ 1º - As florestas e demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são consideradas bens de interesse comum a todos os cidadãos, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta lei estabelecem.

§ 2º - a recuperação das matas ciliares e das demais áreas de preservação permanente far-se-á, pelo proprietário do imóvel ou às suas expensas, com essências nativas típicas da região, obedecidas as normas técnicas pertinentes.

§ 3º - Toda propriedade dever ter percentual de no mínimo 20% (vinte por cento) de cobertura florestal como reserva legal, observado o seguinte:

a) Para propriedades com áreas inferiores a 50 (cinquenta) hectares, poderão ser computadas, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal nativa os maciços arbóreos que propiciem o manejo de rendimento sustentável, tais como caxeta (*Tabebuia cassinoides*), erva mate (*Ilex paraguariensis*), palmito (*Euterpe edulis*) bracinga (*Mimosa scabrella*) e essências frutíferas.

b) Em caso de inexistência do percentual, fica o proprietário obrigado a reflorestar, no prazo e formas a serem definidos pela autoridade florestal.

Art. 30 - Compete ao Poder Público:

I - garantir a biodiversidade florística através da proteção de formações florísticas originais e de associações vegetais relevantes, inclusive pela implantação de bancos genéticos;

II - garantir a elaboração de inventários e censos florísticos periódicos;

III - garantir as pesquisas de desenvolvimento de tecnologias de manejo de bancos genéticos e de manejo autossustentado de formações naturais e associações vegetais relevantes;



IV - garantir a preservação de amostras significativas de cada uma das formações florísticas originais e associações vegetais relevantes do Paraná.

V - regulamentar o uso dos entornos das formações florísticas originais e associações vegetais relevantes protegidas;

VI - garantir prioridade do manejo autossustentado dos remanescentes da cobertura vegetal original, com direcionamento obrigatório dos mecanismos de fomento do Estado para este fim;

VII - fomentar a utilização de essências nativas nas atividades de reflorestamento;

VIII - propiciar as condições que minimizem o impacto das atividades agrossilvopastoris sobre a biodiversidade florística em especial:

- a) pelo ordenamento territorial das atividades agrossilvopastoris;
- b) pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias adequadas;
- c) pela garantia da manutenção de cultivos tradicionais, e pela instalação de bancos genéticos;
- d) pelo fomento a diversificação de culturas, inclusive pelo direcionamento de seus instrumentos creditícios.

IX - regulamentar e fomentar o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo em áreas de ocorrência de paisagens notáveis, formações vegetais relevantes, em especial a região litorânea do Estado, com objetivo de promover a vigilância civil sobre as mesmas;

X - exigir a reposição florestal dos usuários de matéria prima florestal, preferencialmente na região de origem e obrigatoriamente no território estadual;

XI - incentivar o reflorestamento da pequena propriedade rural mediante os adequados mecanismos de fomento, inclusive os creditícios;

XII - incentivar o reflorestamento, bem como as formas de uso racional dos recursos florestais tradicionalmente estabelecidos pelos usos e costumes;

XIII - exigir a recuperação das áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.

Art. 31 - Incumbe ao Poder Público e a coletividade o combate a incêndios florestais.

§ 1º - A autoridade pública requisitará os meios necessários e convocará as pessoas em condições de prestar auxílio para combate a incêndios florestais.

§ 2º - A autoridade estimulará a criação de unidades de combate a incêndios florestais comunitárias, nos municípios, nas propriedades e nas empresas.

Art. 32 - Qualquer árvore ou associa-

ção vegetal relevante poderá ser declarada imune ao corte mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza, condição de porta-semente e importância histórica, científica e cultural.

Art. 33 - O proprietário do imóvel com floresta poderá gravá-la com perpetuidade, em caráter irrevogável, mesmo em caso de transmissão, firmando perante autoridade florestal o termo que será averbado no registro imobiliário competente.

#### SEÇÃO VI DA FAUNA

Art. 34 - Os animais que constituem a fauna silvestre bem como seus ninhos, abrigos, criadouros naturais e ecossistemas necessários à sua sobrevivência, são considerados bens de domínio público, cabendo ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-los e preservá-los para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Considera-se fauna silvestre os animais nativos ou indígenas e os autóctones em qualquer fase de desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro.

§ 2º - Consideram-se animais nativos os originários do país, e animais autóctones aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural.

§ 3º - Considera-se fauna aquática aquela adaptada biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera.

§ 4º - Excluem-se dos efeitos dessa seção a fauna doméstica ou domesticada, os animais exóticos selvagens, assim entendidos aqueles trazidos de outros países ou regiões e introduzidos nos ambientes naturais do Paraná, bem como os animais ferais, assim entendidos os domésticos que adquiriram hábitos selvagens e, ainda, aqueles criados em cativeiro.

Art. 35 - A introdução e a reintrodução de exemplares da fauna em ambientes naturais compete ao Estado e deverão ser efetuadas com base em dados técnicos e científicos.

§ 1º - O Poder Público Estadual poderá autorizar a criação ou cultivo de espécies exóticas em ambientes rigorosamente controlados, garantindo-se mecanismos que impeçam a sua interferência sobre o ambiente natural a as espécies nativas nele existentes, e atuará na correção dos problemas oriundos de introduções já realizadas.

§ 2º - A autorização mencionada no parágrafo anterior somente será concedida após cumprimento de período de isolamento a ser estabelecido pela autoridade compe-

tente, onde se comprove a impossibilidade de transmissão de doenças e mediante a apresentação de atestados sanitários dos órgãos públicos do local de origem.

Art. 36 - São proibidas a utilização, perseguição, destruição, caça, pesca, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas.

§ 1º - Excetuam-se as atividades devidamente autorizadas de:

- a) comércio e utilização de exemplares provenientes de criadouros ou da pesca profissional;
- b) pesca amadora e profissional;
- c) remoção; e
- d) atividades científicas.

§ 2º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP poderá autorizar a utilização, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna nativa, para fins de pesquisa científica, respaldada por instituições oficiais ou oficializadas, mediante projetos específicos, respeitadas as disposições da legislação federal.

§ 3º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP autorizará a captura de matrizes, filhotes, ovos e larvas, para possibilitar a criação ou cultivo de animais e criadouros devidamente atualizados e cadastrados, com finalidades econômicas, educativas, culturais, científicas e outras.

Art. 37 - Compete ao Poder Público:

I - garantir a biodiversidade faunística pela proteção da fauna, pela manutenção de bancos genéticos, em especial as espécies raras, vulneráveis e ameaçadas de extinção e de seus habitats, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

II - elaborar inventários e censos faunísticos periódicos, principalmente considerando as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, objetivando sua perpetuação;

III - fomentar a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e manejos de bancos genéticos e de manejo e gestão dos habitats das espécies raras endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, bem como de seus ecossistemas associados;

IV - garantir a preservação dos habitats e ecossistemas associados das espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;

V - garantir a regulamentação de uso dos entornos das áreas destinadas à proteção da vida silvestre;

VI - implantar medidas de controle das populações animais alteradas na ocorrência de desequilíbrio ecológico, mediante pro-

gramas embasados em estudos técnicos e científicos, a serem efetuados por entidades públicas e particulares, cadastradas e autorizadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

VII - efetuar levantamento que demonstre a distribuição das espécies animais, os desequilíbrios populacionais e as espécies raras, vulneráveis e em perigo de extinção, visando implantar medidas de manejo, controle e proteção.

#### SEÇÃO VII DO AR

Art. 38 - Os empreendimentos e as atividades geradoras de poluentes atmosféricos, instaladas ou a se instalarem no território estadual, bem como os veículos e motores produzidos e em uso, são obrigados a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos causados pela emissão de poluentes atmosféricos no meio ambiente.

Parágrafo Único - Entende-se como poluente atmosférico qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo de permanência ou características que tornem ou possam tornar o ar:

- a) impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;
- b) inconveniente ao bem-estar público;
- c) danoso aos materiais, à fauna e à flora;
- d) prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

Art. 39 - Compete ao Poder Público:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade do ar, consentâneos com os requisitos de saúde pública;

II - o estabelecimento de padrões máximos de emissão consentâneos com a natureza das atividades desenvolvidas no local;

III - o monitoramento da qualidade do ar com a fiscalização dos níveis de emissão de gases, partículas e ruídos, com especial atenção para as regiões metropolitanas aglomerados urbanos, áreas, distritos e cidades industriais;

IV - a exigência do automonitoramento com sistemático acompanhamento, verificação e aferimento pelo órgão público competente, as emissões de gases, partículas e ruídos;

V - o estabelecimento de padrões máximos de emissão de ruídos consentâneos com a natureza das diversas atividades;

VI - a exigência do automonitoramento dos padrões de emissão de ruídos, com acompanhamento, verificação e aferimento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

VII - o estabelecimento dos níveis máximos de emissão de ruídos dos veículos

automotores.

VIII - a exigência do automonitoramento, acompanhamento, fiscalização e aferimento dos níveis de emissão de gases, partículas e de ruídos dos veículos automotores.

IX - o estabelecimento de normas técnicas e padrões de utilização dos insumos químicos agrícolas, bem como sua fiscalização, em especial, o uso na aviação agrícola;

X - o estímulo ao desenvolvimento e a aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica;

XI - o estímulo a estudos e pesquisas para avaliação do impacto de poluentes atmosféricos sobre o meio ambiente e a saúde pública.

## CAPÍTULO II PROCESSOS ECOLÓGICOS

Art. 40 - São processos ecológicos essenciais aqueles necessários à manutenção e reprodução dos diversos sistemas físicos, biológicos e antrópicos, na sua diversidade e complexidade, bem como de seus componentes.

Art. 41 - Compete ao Poder Público a proteção e a recuperação dos processos ecológicos essenciais para a reprodução da vida.

## CAPÍTULO III PATRIMÔNIO GENÉTICO

Art. 42 - Constitui o patrimônio genético do Estado do Paraná o conjunto de seres vivos que integram os diversos ecossistemas ocorrentes no território estadual, em especial a flora e a fauna.

Art. 43 - Compete ao Estado a proteção da biodiversidade pela garantia dos processos naturais que permitam a reprodução deste mesmo patrimônio.

Art. 44 - Para garantir a proteção de seu patrimônio genético compete ao Estado:

I - manter um sistema estadual de áreas protegidas representativo dos diversos ecossistemas ocorrentes no seu território;

II - garantir a preservação de amostras significativas dos diversos componentes de seu patrimônio genético e de seus habitats;

III - manter bancos de germoplasma que preservem amostras significativas de seu patrimônio genético em especial das espécies raras e ameaçadas de extinção.

## CAPÍTULO IV

## ÁREAS DE USO REGULAMENTADO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

### SEÇÃO I ÁREAS DE USO REGULAMENTADO

Art. 45 - Compete ao Poder Público, instituir por Decreto as áreas de uso regulamentado, estabelecendo suas características, dimensões, padrões de uso e a ocupação do solo e da apropriação dos recursos ambientais.

Parágrafo Único - Considera-se área de uso regulamentado para efeito do "caput" do artigo as seguintes:

I - as Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico;

II - os mananciais de abastecimento e seus entornos de proteção;

III - as bacias de contribuição direta dos reservatórios de usinas hidrelétricas;

IV - os caminhos históricos e seus entornos de proteção;

V - as Zonas Tampão ou Entornos Protetivos definidas nesta Lei;

VI - as cavidades naturais subterrâneas, ou sítios arqueológicos, históricos e outros de interesse cultural bem como os seus entornos de proteção;

VII - os entornos dos monumentos naturais;

VIII - as várzeas sujeitas a inundações, excetuadas as áreas de preservação permanente;

IX - as situadas no interior de sítios urbanos, que apresentem relevantes características ambientais e culturais.

Art. 46 - O Poder Público criará e implantará Unidades de Conservação visando a efetiva proteção de biodiversidade natural, especialmente as associações vegetais relevantes e remanescentes das formações florísticas originais, a perpetuação e disseminação da população faunística, os endemismos e a manutenção de paisagens notáveis, monumentos naturais e outros bens de interesse cultural.

Art. 47 - As áreas especialmente protegidas são patrimônios da comunidade, sendo destinadas primeiramente à proteção do ecossistema, à educação ambiental, à pesquisa científica e a recreação em contato com a natureza.

Art. 48 - Fica criado o Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SISEUC, constituído pelo conjunto das Unidades existentes, bem como aquelas previstas na Constituição Estadual, e outras necessárias à consecução dos objetivos desta Lei.

Parágrafo Único - O SISEUC será administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 49 - O Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SISEUC será constituído de forma a incluir amostras significativas de comunidades biológicas e ecossistemas naturais, bem como de belezas cênicas e paisagens que se encontrem ameaçados de extinção.

Art. 50 - As Unidades de Conservação - UC, integrantes do SISEUC serão reunidas em dois grupos, com características distintas:

I - Unidades de Proteção Integral, onde haverá proteção total dos atributos naturais que tiverem justificado sua criação, objetivando-se a preservação dos ecossistemas em estado natural;

II - Unidade de Manejo Sustentável, onde haverá proteção parcial dos atributos naturais, admitida exploração de parte dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentado observadas as normas técnicas e legais.

Art. 51 - Compõem as Unidades de Proteção Integral as categorias de UC:

I - Estações Ecológicas, que se destinam a preservação integral da biota, e demais atributos naturais nela existentes, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se medidas transitórias de recuperação de ecossistemas alterados, o manejo das espécies que o exijam, a fim de preservar a diversidade biológica;

II - Parques, que se destinam a preservar áreas naturais ou alteradas contendo ..... científicas, educacionais e recreativas em obediência a planos de manejo;

III - Monumentos Naturais, que se destinam a preservar áreas contendo sítios que, por sua singularidade, raridade, beleza e vulnerabilidade, exijam proteção;

IV - Refúgios de Vida Silvestre, que são constituídos de áreas em que a proteção e o manejo são necessários para assegurar a existência ou reprodução de determinadas espécies residentes ou migratórias, comunidade de seres vivos de importância significativa, em especial a flora e a fauna.

Art. 52 - Integram as Unidades de Manejo Sustentável as seguintes categorias de UC:

I - Área de Proteção Ambiental (APA), que são porções do território estadual, de configuração e tamanho variável, com uso regulamentado, submetidas às modalidades de manejo, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais ou alteradas, com características notáveis, que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, preservar

paisagens e atributos naturais e culturais relevantes;

II - Florestas Estaduais, que são áreas com cobertura florestal constituídas preferencialmente por espécies nativas, destinadas à produção econômica sustentável de madeira e outros produtos florestais, proteção de recursos hídricos, manejo da fauna silvestre, atividade científica e de recreação em contato com a natureza;

III - Reservas Extrativistas, que são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 53 - As UC's serão de domínio público ou privado respeitadas as determinações e restrições constantes desta Lei.

§ 1º - As UC's de domínio público poderão ser estaduais ou municipais;

§ 2º - As UC's instituídas por iniciativa privada serão gravadas com perpetuidade e estarão sujeitas a fiscalização governamental com a finalidade de garantir a permanência das conduções que justificaram sua inclusão no SISEUC;

§ 3º - As UC's de domínio privado, previstas no inciso anterior, somente poderão ser instituídas nas categorias de Refúgio de Vida Silvestre ou Áreas de Proteção Ambiental;

§ 4º - Nos Refúgios de Vida Silvestre e nas Áreas de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas limitando ou proibindo atividades que conflitem com as finalidades motivadoras de sua criação.

Art. 54 - As UC's criadas por ato de Poder Público, somente poderão ser suprimidas ou alteradas através de lei.

Parágrafo Único - O Estado deverá destinar recursos específicos que se fizerem necessários para a implantação das Unidades de Conservação.

Art. 55 - A seleção das áreas para constituição de Unidades de Conservação será baseada em critérios científicos, sendo julgadas prioritárias para fins de implantação aquelas que contiverem ecossistemas ainda não preservados ou em iminente perigo de extinção e as previstas no Art. 20, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 56 - As UC's de todas as categorias disporão de um Plano de Manejo, no qual se definirá o zoneamento da Unidade e sua utilização.

Parágrafo Único - São vedadas, no in-

terior da UC, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com suas finalidades e estranhas ao respectivo Plano de Manejo.

Art. 57 - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgão responsável pela administração das UC's de domínio público no Estado do Paraná, poderá receber recursos ou doações de qualquer natureza, com ou sem encargos, de organizações públicas, privadas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a conservação das mesmas, podendo ainda se utilizar dos recursos gerados pelas unidades de manejo sustentável.

Parágrafo Único - É vedada qualquer utilização dos recursos e doações que não seja direta e exclusivamente para consecução dos objetivos do SISEUC.

Art. 58 - É vedada a titulação e concessão de áreas públicas contíguas às Unidades de Conservação de proteção integral, garantindo o Estado a incorporação destas áreas, em especial as florestadas, à área protegida.

Art. 59 - As Unidades de Conservação criadas em função de legislação anterior deverão ser reclassificadas, no todo ou em parte, dentro das determinações desta Lei, no prazo de 1 (um) ano a partir de sua publicação, integrando-se ao SISEUC.

Parágrafo Único - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, divulgará, anualmente, a relação das Unidades de Conservação existentes no Estado do Paraná, indicando o percentual de área protegida em relação à superfície do Estado.

### TÍTULO III CONTROLE AMBIENTAL

#### CAPÍTULO I CONTROLE DE OBRAS OU ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU DEGRADADORAS

Art. 60 - São consideradas obras ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, aquelas que pela utilização dos recursos ambientais ou pela introdução de modificações na paisagem, impliquem em alteração adversa das características do meio ambiente ou modifiquem os padrões de reprodução da vida nas suas áreas de influência.

Art. 61 - A construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação ou operação de obras ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente dependerá de autorização ou licença do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e, quando couber, da elaboração de Estudo

Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, observadas as normas federais e as especificadas em regulamento.

§ 1º - O licenciamento de obra ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora fica condicionado à garantia de implementação de medidas preventivas, saneadoras, mitigadoras e compensatórias previstas pelo EPIA/RIMA e as exigidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 2º - As medidas a que refere o parágrafo anterior serão objeto de projetos específicos e termos firmados entre o órgão licenciador e o agente degradador, estabelecendo a sua natureza, prazo de implementação, recursos e fontes necessárias à sua implantação, sujeitas às partes a responsabilidade civil e penal.

Art. 62 - Fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes no ar, no solo, no subsolo e nas águas.

Parágrafo Único - As obras ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente ficam obrigadas a possuir equipamentos ou sistemas de controle de poluição e adotar medidas de segurança para evitar os riscos ou a efetiva poluição.

Art. 63 - A decisão relativa a pedidos de licenciamento e de autorização será obrigatoriamente motivada, observado o requisito de publicidade.

#### SEÇÃO I INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

Art. 64 - A execução, ampliação, reforma ou recuperação de qualquer INFRA-ESTRUTURA de transportes, quer rodoviária, hidroviária, ferroviária ou aeroviária, deverá obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I - dispor do conveniente sistema de drenagem de águas pluviais, as quais deverão ser lançadas de forma a não provocar erosão;

II - quando seccionarem mananciais de abastecimento público, deverão estar dotadas de convenientes dispositivos de drenagem e outros tecnicamente necessários que garantam a preservação destes mesmos mananciais, inclusive, quando for o caso, que minimizem os acidentes com cargas tóxicas;

III - quando transpuserem corpos de água potencialmente navegáveis, deverão assegurar sua livre navegabilidade;

IV - deverão ser implantadas de modo a respeitar as características do relevo, assegurando a estabilidade dos taludes de corte e aterro e dos maciços por elas afetados, quer direta ou indiretamente e garantindo a estabilidade e a integração harmônica com a paisagem das áreas re-

constituídas das praças de pedreiras, áreas de empréstimo, caminhos de serviço e bota-foras;

V - os projetos contemplarão obrigatoriamente traçados que evitem ou minimizem o seccionamento de áreas de remanescentes de cobertura vegetal significativa;

VI - nos locais que abriguem patrimônio espeleológico, deverão ser adotadas medidas de proteção, inclusive dos seus entornos.

## SEÇÃO II INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

Art. 65 - A execução de quaisquer infra-estruturas energéticas deverá se dar mediante observação, dentre outras, às seguintes normas:

I - os aproveitamentos hidrelétricos deverão assegurar os usos múltiplos da água, em especial o abastecimento público, o lazer e a irrigação;

II - as barragens dos aproveitamentos hidrelétricos deverão assegurar a navegabilidade dos cursos d'água potencialmente navegáveis;

III - é vedada a instalação de usinas termoeletricas nas bacias dos rios de classe especial;

IV - os oleodutos deverão ser dotados de mecanismos que assegurem a qualidade das águas dos cursos das bacias por eles seccionadas para, em caso de acidentes, não comprometerem sua classificação;

V - deverão os concessionários do aproveitamento hidrelétrico prover os recursos para, sob orientação do Estado, fomentar o manejo integrado de solos e águas nas áreas de contribuição direta dos lagos das usinas hidrelétricas;

VI - é vedado o licenciamento ambiental para instalação de unidades geradoras de energia de qualquer natureza em locais de ocorrência de falhas geológicas que possam colocar em risco a estabilidade destas unidades;

VII - quando da ocorrência de minerais de papel estratégico para o desenvolvimento econômico do Estado, na área de alagamento pelos lagos de hidrelétricas, deverá ser concedida prioridade à sua extração prévia ao alagamento ou desenvolvidas alternativas tecnológicas que permitam sua exploração pós-alagamento;

VIII - no estabelecimento das prioridades de execução dos aproveitamentos hidrelétricos por concessionárias em operação no Estado do Paraná, deverão ser consideradas as diretrizes constantes do Zoneamento Ecológico;

IX - no planejamento e projetos de execução dos aproveitamentos hidrelétricos, deverão ser privilegiadas alternativas que minimizem a remoção e inundação de

Curitiba, segunda, em 13.12.93

remanescentes florestais nativos e associações vegetais relevantes;

X - a execução de aproveitamento hidrelétrico, quer da usina e seu lago ou das demais infra-estruturas de apoio, deverá também ser precedida de inventário da flora e fauna de todas as áreas afetadas;

XI - a execução de usinas hidrelétricas deverá ser acompanhada da adoção de medidas que assegurem a manutenção de espécies endêmicas, raras vulneráveis ou em perigo de extinção, bem como a proteção de áreas representativas dos ecossistemas afetados;

XII - os reservatórios das usinas hidrelétricas deverão ser dotadas de faixa marginal de proteção, as quais serão reflorestadas com essências nativas;

XIII - nas áreas a serem inundadas pelos aproveitamentos hidrelétricos deverão ser tomadas medidas que propiciem o pleno aproveitamento da biomassa vegetal afetada;

XIV - os padrões operacionais das usinas hidrelétricas deverão ser tais que minimizem os impactos negativos sobre a biodiversidade florística e faunística, quer à jusante ou a montante do aproveitamento;

XV - o automonitoramento obrigatório do padrão de emissões das usinas termoeletricas, e da qualidade de água dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

## SEÇÃO III ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 66 - Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, as seguintes normas urbanísticas:

I - é vedado o parcelamento do solo de alta densidade demográfica das áreas componentes das bacias de mananciais de abastecimento público, bem como de suas áreas de contribuição imediata;

II - é vedado o lançamento de esgotos urbanos "in natura" nos cursos d'água;

III - os efluentes das estações de tratamento de esgotos deverão ser de qualidade compatível com a classificação do curso de água receptor, obedecido o licenciamento ambiental;

IV - a disposição do lixo urbano de qualquer natureza dará prioridade à reciclagem e deverá ser feita de forma a não comprometer os mananciais de abastecimento público, respeitada a natureza da ocupação das atividades desenvolvidas no local;

V - a expansão dos assentamentos urbanos deverá evitar, sempre que possível, a ocupação de terras agricultáveis;

VI - é vedada a urbanização de áreas geologicamente instáveis;

VII - será coibida a expansão ..... elevada energia de relevo;

VIII - nas áreas de relevante interesse turístico ou paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

IX - a expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes da cobertura vegetal, bem como assegurar a proteção de testemunhos das formações florísticas originais e da fauna autóctone;

X - a disposição de resíduos urbanos de qualquer natureza deverá se dar de forma a garantir a proteção das formações florísticas e associações vegetais relevantes;

XI - os zoneamentos urbanísticos deverão considerar a natureza das atividades urbanas, em especial a separação daquelas perigosas e geradoras de emissões de gases, ruídos e partículas;

XII - é vedada a urbanização em áreas sujeitas a inundação;

XIII - o controle dos processos urbanísticos de forma a minimizar os efeitos das enchentes e da erosão do solo;

XIV - a manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

#### SEÇÃO IV ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 67 - Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I - os projetos de assentamento deverão ser desenvolvidos de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, bem como traçados de maneira a minimizar as possibilidades de erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II - através de mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar o rendimento econômico e a proteção do meio ambiente;

III - o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamento deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades da produção e a proteção e manutenção dos sistemas florísticos típicos da região, bem como das reservas legais e áreas de preservação permanente;

IV - as áreas cobertas de associações vegetais relevantes e remanescentes da vegetação nativa não poderão ser objeto de projetos de reforma agrária.

#### SEÇÃO V

##### RESÍDUOS POLUENTES, PERIGOSOS OU NOCIVOS

Art. 68 - A coleta, o armazenamento, o transporte, o tratamento, a disposição final ou a reutilização de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos, em qualquer estado da matéria, sujeitar-se-ão ao prévio licenciamento perante o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e processar-se-ão de forma e em condições que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana e o bem-estar público nem causem prejuízos para o meio ambiente.

Parágrafo Único - O Estado manterá cadastro que identifique os locais e condições de disposição final de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos.

Art. 69 - Fica expressamente proibido:

I - a disposição de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos em locais inadequados, em áreas urbanas ou rurais;

II - o lançamento de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos em águas superficiais ou subterrâneas e em áreas erodidas;

III - a incineração e a disposição final de lixo a céu aberto.

Art. 70 - É obrigatória a incineração do lixo hospitalar, bem como sua adequada coleta e transporte, obedecidas as normas técnicas ditas pela autoridade ambiental.

Art. 71 - A instalação e operação de incineradores de resíduos sólidos de qualquer natureza estão sujeitas ao prévio licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que fixará os padrões de emissão e disposição final das cinzas, a serem atendidos.

Art. 72 - A responsabilidade do destino dos resíduos poluentes, perigosos ou nocivos é de quem os produzir.

#### SEÇÃO VI ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Art. 73 - O desenvolvimento das atividades agropecuárias deverá se dar mediante observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - deverão contemplar o manejo integrado de solo e água, especialmente nas áreas de ocorrência de arenito Caiuá e Botucatu;

II - a utilização de insumos químicos, deverá ser compatível com a classificação do rio em cuja bacia de drenagem a atividade se desenvolva;

III - quando se desenvolverem em bacia



de contribuição de mananciais de abastecimento público, deverão ter uso regulamento de insumos químicos com automonitoramento periódico e fiscalização da autoridade competente;

IV - os processos que demandarem irrigação não deverão comprometer os mananciais de abastecimento público;

V - obedecer zoneamento instituído pelo Estado, que garantirá a máxima proteção do solo;

VI - somente se dará acesso a crédito de qualquer natureza nas instituições oficiais do Estado, mediante demonstração da adoção de prática de conservação de solos;

VII - somente utilizará insumos químicos mediante adoção de técnicas que minimizem seus efeitos sobre as populações e a fauna em sua área de ação;

VIII - o Estado fomentará a pecuária nas áreas de campos naturais como forma de manutenção dessas formações vegetais;

IX - é vedada a expansão das atividades agrícolas em áreas cobertas com remanescentes florestais nativos;

X - deve ser estimulada a diversidade de culturas.

#### SEÇÃO VII ATIVIDADE FLORESTAL

Art. 74 - O desenvolvimento das atividades florestais encontra-se condicionado à observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - a obediência ao zoneamento florestal a ser instituído pelo Estado;

II - o emprego de fogo em práticas agrossilvopastoris somente será permitido quando utilizado criteriosamente, garantindo o seu controle, obedecidas as normas específicas e mediante autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

III - toda constatação de focos de pragas ou doenças florestais deve ser comunicada aos órgãos competentes;

IV - a utilização dos recursos florestais, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, bem como da adoção de técnicas de manejo compatíveis com os variados ecossistemas.

Parágrafo Único - Nas áreas de preservação permanente, nas Unidades de Conservação e outras de uso regulamentado, prevalecerão as normas específicas.

#### SEÇÃO VIII ATIVIDADE FAUNÍSTICA

Art. 75 - O desenvolvimento das atividades faunísticas encontra-se condicionado à observância, dentre outras, das seguintes normas:

Curitiba, segunda, em 13.12.93

I - a compatibilização entre o desenvolvimento econômico-social e a preservação das espécies;

II - o monitoramento da distribuição das espécies e de seus desequilíbrios;

III - o zoneamento faunístico, visando medidas de proteção, controle e utilização.

Art. 76 - O funcionamento de jardins zoológicos deverá ser inscrito junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, apresentando relação dos animais e justificando a origem e as alterações dos plantéis pré-existentes, independente dos registros previstos em legislação federal.

§ 1º - Entende-se por jardim zoológico o local onde se alojam artificialmente animais de diversas espécies objetivando, principalmente, a preservação da fauna, através de técnicas apropriadas e onde se realizam atividades científicas, culturais, educativas e de lazer.

§ 2º - Os responsáveis pelos jardins zoológicos não poderão comercializar ou doar a particulares animais, mesmo que nascidos em cativeiro, sem autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

#### SUBSEÇÃO I ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 77 - São atividades ligadas à pesca: a extração, criação, pesquisa, conservação, beneficiamento, transformação, transporte e comercialização de seres hidróbios.

Parágrafo Único - Entende-se por pesca a captura, exploração ou exploração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida, e por recursos pesqueiros os animais hidróbios passíveis de utilização econômica.

Art. 78 - A pesca poderá ter finalidades econômicas desportivas ou científicas, e deverá ser autorizada pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 79 - A pesca profissional será permitida nos lagos, rios e represas de domínio do Estado, após a execução de estudos que demonstrem a viabilidade técnica e econômica da atividade.

Art. 80 - Não será permitido ao pescador amador a utilização da embarcação do pescador profissional.

Art. 81 - Os pescadores profissionais de águas interiores deverão proceder a sua inscrição nas respectivas colônias de pescadores localizadas mais próximas de sua

residência, sendo vedada mais de uma inscrição e deslocamento para área de atuação de outras colônias.

§ 1º - As colônias de pesca de águas interiores terão delimitadas, por ato do Poder Público, suas respectivas áreas de atuação de pesca, em rios contíguos e comprovadamente possuidores de recursos pesqueiros compatíveis.

§ 2º - O pescador profissional de águas interiores exercerá pesca nos limites de atuação da colônia de pesca a que estiver inscrito.

Art. 82 - Os instrumentos, locais e períodos proibidos nas diversas modalidades de pesca serão discriminados por ato do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Parágrafo Único - É vedada a colocação de arte de pesca que interrompa o fluxo migratório nas embocaduras de rios.

#### SEÇÃO IX ATIVIDADE MINERÁRIA

Art. 83 - A atividade minerária poderá ser desenvolvida mediante a observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - seus efluentes, quer oriundas da extração, lavagem, concentração ou beneficiamento, deverão apresentar qualidade compatível com a classificação do rio em cuja bacia a atividade se desenvolva;

II - observar o zoneamento das atividades minerárias a ser instituído pelo Estado;

III - deverão ser desenvolvidas de forma a não desencadear processos erosivos nas áreas lindeiras;

IV - quando ocorrerem em áreas agrícolas, deverão reconstituir as áreas afetadas, segundo as orientações do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

V - quando se desenvolverem em unidades de manejo sustentável ou de ocorrência de formações florísticas originais ou de associações vegetais relevantes, deverão limitar-se aos minerais carentes;

VI - deverão elaborar o EPIA/RIMA, se necessário ao licenciamento, a critério do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

VII - recuperar as áreas degradadas pela atividade;

VIII - efetuar o automonitoramento da estabilidade dos taludes e maciços e padrões dos efluentes de emissão dos seus depósitos de rejeitos;

IX - quando desenvolvidas em áreas nas quais as linhas orográficas representem relevante interesse paisagístico deverão recuperar as áreas mineradas e de rejeito de forma harmônica com a topografia, bem como a minimizar sua visibilidade;

X - não deverão ser desenvolvidas nos monumentos naturais de interesse paisagís-

tico, enquanto referencial topográfico;

XI - a recuperação das áreas utilizadas pela mineração, inclusive seus depósitos de rejeitos, quando contemplarem cobertura florestal, deverão privilegiar a utilização de espécies nativas;

XII - o lançamento de efluentes, águas pluviais ou outras cujo fluxo natural tenha sido alterado pelas atividades minerárias quando afetarem áreas legalmente protegidas, formações florísticas originais e associações vegetais relevantes, deverá ser dotado dos convenientes dispositivos de tratamento de efluentes e de dissipação de energia e contar com lançamentos em talvegues estáveis à vazão previsível para tempo de recorrência de 25 anos.

#### SEÇÃO X ATIVIDADE INDUSTRIAL

Art. 84 - As atividades industriais poderão ser desenvolvidas mediante a observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - seus efluentes e resíduos deverão apresentar característica compatível com a classificação do rio em cuja bacia a atividade se desenvolva;

II - obedecer o zoneamento industrial estabelecido pelo Estado;

III - os efluentes e águas pluviais oriundas de instalações industriais deverão ser lançados de forma a não desencadear processos nocivos;

IV - a deposição de resíduos industriais não deverá ocorrer em áreas de elevado potencial agrícola;

V - os depósitos de rejeitos industriais deverão se situar em áreas geológicas e mecanicamente estáveis;

VI - as indústrias que utilizem matérias-primas florestais deverão:

- a) ser cadastradas junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP;
- b) possuir licença estadual, emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para operação;
- c) assegurar reposição da matéria-prima utilizada mediante manejo sustentado do recurso e reflorestamentos, com planos aprovados e fiscalizados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

VII - o ponto de lançamento em cursos hídricos de qualquer efluente originário de atividade utilizadora de recursos ambientais, deverá situar-se a montante da captação de água do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente do lançamento, salvo em casos especiais previamente analisados e aprovados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

#### SEÇÃO XI ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art. 85 - O desenvolvimento das atividades de comércio e serviços relacionados a recursos ambientais, a serem indicados em regulamento, se realizará mediante autorização ou licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I

#### ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

Art. 86 - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, é instrumento de análise de processos, métodos, obras, atividades, planos, programas e projetos que possam causar significativa poluição ou degradação ambiental, ou risco para a vida e a qualidade de vida, tendo como objetivo deferir ou indeferir o licenciamento requerido, visando adequá-las à preservação, conservação, proteção e melhoria do meio ambiente.

§ 1º - O estudo referido no "caput" deste artigo deverá abranger a área do possível impacto ambiental do projeto ou dos planos e programas, inclusive a bacia hidrográfica e contemplar as alternativas tecnológicas e locacionais, bem como a de não execução, explicitando as razões da escolha indicada.

§ 2º - Os impactos ambientais deverão ser analisados através de identificação, previsão de magnitude e interpretação de importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição do ônus e benefícios sociais, e levantamento, transcrição dos textos e análise da legislação aplicável à área territorial e à natureza da atividade ou obra pretendida.

§ 3º - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, indicará as medidas preventivas, saneadoras, mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle de poluição e sistemas de tratamento de efluentes, estabelecendo os planos e programas específicos, com os respectivos prazos e recursos necessários para a sua implantação.

§ 4º - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, será realizado por equipe multidisciplinar habilitada e cadastrada no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ou no órgão federal das instituições envolvidas na análise do mesmo.

§ 5º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, fornecerá as diretrizes ou termos de referência de acordo com as caracterís-

Curitiba, segunda, em 13.12.93

ticas do empreendimento e do meio ambiente a ser afetado, cujas instruções balizarão a elaboração do EPIA/RIMA, contendo normas de procedimento a serem adotadas nesse estudo.

Art. 87 - Dependendo da elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a serem submetidos à apreciação do órgão estadual competente, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, entre os quais os arrolados em atos normativos federais e em regulamento desta lei.

### SEÇÃO II

#### DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

Art. 88 - O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA refletirá as conclusões do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e visa transmitir informações fundamentais do mencionado estudo, através de linguagem acessível a todos os segmentos da população, de modo que possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Art. 89 - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, procederá à análise dos RIMA's e licenciamentos decorrentes.

§ 1º - Para análise dos RIMA's poderá o Instituto Ambiental do Paraná - IAP requisitar representantes de diversos organismos da ação setorial do Estado, cuja atuação se relacionar com a obra ou atividade potencialmente degradadora e com as atividades e recursos ambientais por ela afetados.

### SEÇÃO III

#### DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 90 - A audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do projeto, obra ou atividade pretendida em análise e do seu referido EPIA/RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

§ 1º - A audiência pública será realizada sempre que julgada necessária pelo órgão licenciador ou for solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou grupo de no mínimo 50 (cinquenta) cidadãos.

§ 2º - O rito procedimental da Audiência Pública será definido em regulamento.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DE RISCO

Art. 91 - O desenvolvimento, difusão,

aplicação e transferência de tecnologias potencialmente perigosas, em especial ligadas à zootecnia, biotecnologia, genética e energia nuclear, entre outras, serão objeto de análise de risco.

Art. 92 - As tecnologias a serem analisadas, bem como estudo de avaliação de risco, sua natureza, abrangência, tramitação e licenciamento serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - Os processos de licenciamento poderão incluir a audiência pública e consulta popular.

#### CAPÍTULO IV

##### DA CERTIDÃO, REGISTRO E CADASTRAMENTO

#### SEÇÃO I

##### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMBIENTAL

Art. 93 - A prova de quitação de multas e do cumprimento das medidas preventivas, saneadoras, mitigadoras ou compensatórias e demais obrigações de natureza ambiental será feita por certidão negativa, expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo Único - A expedição de certidão negativa não impede a cobrança do débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 94 - A inscrição para participação em concorrências, coletas ou tomadas de preços, a celebração de contratos ou termos de qualquer natureza ou a transação a qualquer título com a administração pública estadual direta e indireta inclusive com empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como o recebimento de quaisquer quantias, ou créditos, benefícios ou serviços das mesmas ficam condicionadas à apresentação da certidão negativa prevista nesta lei.

Parágrafo Único - A certidão negativa será obrigatoriamente referida nos atos de que trata este artigo.

Art. 95 - Para financiamentos que visem a correção de agressões ao meio ambiente, poderá ser dispensada a exigência a que se refere o artigo anterior, desde que aprovado o projeto pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Parágrafo Único - A liberação do financiamento referido no "caput" deste artigo será efetuada por etapas, mediante comprovação fornecida pelo IAP de que a etapa anterior foi cumprida em conformidade com o projeto aprovado.

#### SEÇÃO II

##### REGISTROS E CADASTRAMENTOS

Art. 96 - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP manterá cadastro atualizado, dentre outros, de obras ou atividades potencialmente degradadoras ou poluidoras, de usuários de recursos ambientais e de infratores ambientais.

#### TÍTULO IV

##### TUTELA AMBIENTAL

#### CAPÍTULO I

##### SEGURANÇA PÚBLICA E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 97 - O Poder Executivo regulamentará as gestões da área de segurança pública com referência ao meio ambiente, garantindo a integração das atividades dos diversos organismos, principalmente das Polícias Civil e Militar, com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 98 - A fiscalização ambiental, no Estado do Paraná, necessária à consecução dos objetivos desta Lei, bem como das demais normas de proteção ao meio ambiente, federais e estaduais, fica a cargo do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 99 - A autoridade incumbida de fiscalização ou inspeção ambiental terá livre acesso às ..... comerciais, agropecuárias e empreendimentos de qualquer natureza, públicos ou privados, sendo assegurados a sua permanência a qualquer dia e hora.

Art. 100 - As autoridades policiais deverão prestar apoio aos agentes fiscalizadores no exercício de suas atribuições.

#### CAPÍTULO II

##### SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 101 - Constitui infração administrativa, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância de seus preceitos e de suas normas regulamentares, sujeitando os infratores às seguintes sanções, sem prejuízo de outras penalidades legais:

I - multa, simples ou diária, de 10 (dez) a 100.000 (cem mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo e, na falta deste, outro índice que vise preservar o valor real da moeda;

II - embargo;

III - revogação da autorização;

IV - cassação da licença;

V - apreensão dos instrumentos e dos produtos;

VI - demolição da obra ou remoção da atividade;

VII - interdição ou suspensão da atividade;

VIII - obrigação de reparar e indenizar os danos que houver causado ao meio ambiente ou a terceiros, independentemente da existência de culpa ou dolo;

IX - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

X - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

Art. 102 - Constituem, ainda, infrações administrativas sujeitas às sanções prescritas no artigo anterior:

I - contribuir para que um corpo d'água fique em categoria de qualidade inferior à prevista na classificação oficial;

II - contribuir para que a qualidade do ar ambiental seja inferior ao nível mínimo estabelecido em normas ambientais;

III - emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido em normas ambientais ou licença especial;

IV - exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente sem a licença ambiental legalmente exigível ou em desacordo com a mesma;

V - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

VI - causar poluição de qualquer natureza que provoque destruição de plantas cultivadas ou silvestres;

VII - ferir, matar ou capturar, por quaisquer meios, exemplares de espécies consideradas raras da biota regional;

VIII - causar degradação ambiental mediante assoreamento de coleções d'água ou erosão acelerada;

IX - desrespeitar interdições de uso, de passagem e outras estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental;

X - impedir ou dificultar a atuação dos agentes fiscalizadores, para inspecionar situação de perigo potencial ou examinar a ocorrência de degradação ambiental;

XI - causar danos ambientais, de qualquer natureza, que provoquem destruição ou outros efeitos desfavoráveis à biota nativa ou às plantas cultivadas e criações de animais;

XII - descumprir Resoluções do CONAMA;

XIII - realizar em Área de Proteção Ambiental, sem licença do respectivo órgão de controle ambiental, abertura de canais ou obras de terraplanagem, com movimentação de areia, terra ou material rochoso, em volume superior a 100 metros cúbicos, que possam causar degradação ambiental;

XIV - causar poluição de qualquer natureza que possa trazer danos à saúde ou

ameaçar o bem-estar;

XV - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes de um quarteirão urbano ou localidade equivalente;

XVI - causar poluição do solo que torne uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

XVII - causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes;

XVIII - explorar, utilizar, desmatar, cortar, extrair, suprimir, queimar, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação natural sem autorização ou em desacordo com a mesma;

XIX - deixar de aproveitar produtos ou subprodutos de origem florestal;

XX - utilizar, beneficiar, receber, consumir, transportar, comercializar, armazenar, embalar produtos ou subprodutos de origem florestal ou da fauna silvestre sem autorização, ou em desacordo com a mesma;

XXI - implantar projetos de parcelamento do solo em áreas de florestas ou demais formas de vegetação natural sem prévia anuência ou em desacordo com a mesma;

XXII - utilizar indevidamente, falsificar, adulterar, rasurar, ceder a outrem ou comercializar autorização, licença ou documentos emitidos pelo órgão estadual competente;

XXIII - usar fogo em florestas ou nas demais formas de vegetação natural, sem autorização, ou em desacordo com a mesma;

XXIV - deixar de executar ou executar incorretamente as operações previstas nos projetos de florestamento/reflorestamento, planos de corte, manejo florestal e recuperação florestal;

XXV - fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas ou demais formas de vegetação;

XXVI - impedir ou dificultar a atuação dos agentes credenciados pelo órgão estadual competente nas inspeções, exame e fiscalização de situações de perigo potencial ou ocorrência de degradação florestal;

XXVII - impedir ou obstaculizar a regeneração natural de floresta e demais formas de vegetação em áreas legalmente protegidas.

Art. 103 - Na aplicação das penalidades serão considerados os seguintes fatos:

I - Atenuantes:

a) arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação ou

limitação do dano causado, comunicado à autoridade competente;

- b) observância de princípios relativos à utilização adequada dos recursos ambientais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

## II - Agravantes:

- a) reincidência e contumácia;
- b) extensão do dano;
- c) dolo, mesmo eventual;
- d) ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;
- e) atingir, a infração, áreas ambientais protegidas, em especial unidades de conservação;
- f) utilizar-se, o infrator, da condição de agente público para prática de infração;
- g) tentativa de se eximir da responsabilidade, atribuindo-a a outrem;
- h) ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
- i) impedir ou dificultar a fiscalização.

§ 1º - As multas serão aplicadas diariamente, até cessar a atividade degradadora, nos casos de infração continuada, que se caracteriza pela permanência da ação ou omissão inicialmente punida.

§ 2º - O Poder Executivo poderá graduar, através de regulamento, as sanções administrativas de conformidade com as respectivas infrações, visando diminuir o poder discricionário dos agentes ambientais.

§ 3º - Os produtos e instrumentos apreendidos em execução da presente lei terão a sua destinação fixada em regulamento.

§ 4º - O ato declaratório de perda, restrição ou suspensão, parcial ou total, de incentivos, benefícios e financiamentos, será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que o houver concedido, por solicitação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 104 - As penalidades incidirão sobre os infratores, sejam eles:

- a) autores diretos;
- b) autores indiretos, assim compreendidos aqueles que de qualquer forma concorram para a prática da infração ou dela se beneficiem;
- c) proprietários, possuidores e ocupantes de imóvel a qualquer título.

Parágrafo único - Os agentes públicos que, por ação ou omissão, ensejarem a prática da infração sujeitar-se-ão às sanções administrativas e penais, devendo a autoridade determinar a instauração dos procedimentos respectivos.

Art. 105 - A cobrança e o recolhimento de multas far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos nesta lei e regulamentos.

Art. 106 - O prazo para apresentação de defesa administrativa ao IAP, é de 15 (quinze) dias a contar da data da lavratura do auto de infração.

Parágrafo Único - Da decisão administrativa poderá ser interposto recurso, que será encaminhado à autoridade hierarquicamente superior, atendido o requisito de garantia de instância.

Art. 107 - Após o término do prazo para o recolhimento do débito decorrente de multa, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP procederá a cobrança administrativa, inscrição em dívida ativa e a execução judicial, se for o caso.

§ 1º - Após a data estipulada para o pagamento do débito serão acrescidos 20% (vinte por cento) de multa e 1% (um por cento) de juros mensais, a título de mora.

§ 2º - Esgotado o prazo concedido para a cobrança e não adimplido o débito, será o mesmo inscrito em Dívida Ativa.

Art. 108 - Constituem Dívida Ativa as multas não pagas nos prazos fixados nesta lei, regulamento ou em decisão proferida em processo regular.

## TÍTULO V MELHORIA AMBIENTAL

### CAPÍTULO I EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 109 - Compete ao Poder Público promover a educação ambiental e a conscientização pública para preservação e conservação do meio ambiente, considerando:

- I - o fomento, junto à sociedade civil organizada, da conscientização ambiental;
- II - a capacitação de recursos humanos para a promoção ambiental;
- III - a consecução de prioridade às áreas protegidas para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental.

### CAPÍTULO II FOMENTO E INCENTIVO PÚBLICO

Art. 110 - O Poder Público fomentará a proteção do meio ambiente e a utilização auto-sustentada dos recursos ambientais pela concessão de vantagens fiscais, apoio financeiro, creditício, técnico e operacional, bem como pelo desenvolvimento científico, tecnológico, entre outros.

§ 1º - O fomento às iniciativas e atividades de caráter privado, no campo ambiental, privilegiará, entre outras:

- a) manutenção de remanescentes florestais, além das áreas de reserva legal e de preservação permanente;
- b) recuperação de áreas de preservação

- permanente e de reserva legal, mediante plano devidamente aprovado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, desde que o proponente não tenha sido o causador da degradação;
- c) as entidades ambientalistas legalmente constituídas há mais de 1 (um) ano, em especial as que visem a proteção da biota nativa e as de educação e pesquisa;
  - d) utilização de recursos ambientais, através de tecnologias que respeitem os padrões de reprodução destes mesmos recursos, e técnicas de exploração auto-sustentada;
  - e) pesquisas que se dediquem ao desenvolvimento de tecnologias voltadas ao manejo autossustentado de espécies e ecossistemas, bem como ao suporte tecnológico do controle ambiental;
  - f) atividades de ensino que desenvolvem programas de educação ambiental, devidamente aprovados pela autoridade competente;
  - g) a diversidade de culturas e a utilização de cultivos tradicionais, em especial o faxinal ou compêscuo;
  - h) a manutenção de áreas vegetadas no interior do perímetro urbano de cidades que possuam taxa de área verde inferior a 36 metros quadrados por habitante;
  - i) atividades de cultivo de organismos aquáticos junto às comunidades pesqueiras para estabilizar a pesca profissional;
  - j) a criação de animais nativos terrestres e aquáticos para fins científicos, culturais, econômicos, industriais e de lazer;
  - l) a instalação de jardins zoológicos, voltados à criação de animais silvestres, além dos demais objetivos específicos.
- § 2º - O incentivo às iniciativas no campo governamental, relativas ao meio ambiente, privilegiará, entre outras:
- a) o desenvolvimento de pesquisas no campo do conhecimento, utilização ou manejo autossustentado de espécies e ecossistemas;
  - b) o desenvolvimento de métodos multidisciplinares para manejo de unidades de conservação e planificação e gestão ambiental;
  - c) o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o conhecimento de ecossistemas típicos do Estado e seus padrões de apropriação;
  - d) o desenvolvimento de técnicas e a promoção da educação ambiental;
  - e) o desenvolvimento de pesquisas sobre energias alternativas;
  - f) o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas em controle ambiental.

Art. 111 - O Poder Público desenvolverá pesquisas e tecnologias voltadas à gestão dos recursos ambientais através dos órgãos competentes e estimulará a sua realização pela comunidade científica e pela iniciativa privada, visando a preservação e conservação destes recursos.

Parágrafo Único - As informações oriundas das pesquisas serão repassadas à comunidade.

Art. 112 - A fruição dos benefícios, estímulos e incentivos financeiros, bem como de financiamentos ou subsídios de qualquer natureza, concedidos direta ou indiretamente pelo Poder Público na área estadual, será sustada pelo órgão concedente por solicitação da autoridade ambiental.

Art. 113 - O Estado poderá conceder vantagens fiscais sobre bens particulares considerados de valor cultural.

#### TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 114 - É declarada como árvore símbolo do Estado a Araucária angustifolia (Pinheiro do Paraná), cuja comemoração dar-se-á no dia 21 de setembro de cada ano.

Art. 115 - O Estado promoverá edição popular do texto integral desta lei, que será posta à disposição das escolas, dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas, de entidades ambientalistas, das bibliotecas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente.

Art. 116 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 117 - o Poder Executivo terá prazo máximo de 2 (dois) anos para implementar as medidas administrativas necessárias à fiel execução da presente lei.

Art. 118 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 122/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 53, Inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando acrescentar às



alíquotas das Tabelas de que cuida o art. 4º, da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, uma nova alíquota conforme específica.

O plano de lei em causa consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que virá ensejar condições no sentido de que a Secretaria de Estado da Segurança Pública possa exercer controle e fiscalização no que respeita à realização de bingos ou similares, recentemente tratados em legislação federal (Lei nº 8.672, de 26.07.93 e Decreto nº 981, de 11.11.93), ao mesmo tempo em que permitirá ao Estado arrecadar, na forma da referida Lei Estadual nº 7.257/79, taxa correspondente aos alvarás que os órgãos da SESP para tal fim concederem.

A adiante transcrita exposição de motivos apresentada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, oferece mais detalhados enfoques sobre a conveniência e necessidade da medida:

"A Lei Federal nº 8.672, de 26 de junho de 1993, estabeleceu, dentre outros dispositivos, a possibilidade de realização de bingos ou similares, no intuito de fomentar o desporto nacional, conforme específica o art. 57 e seus parágrafos.

Regulamentada a referida Lei (Dec. Federal nº 981 - 11/11/93), implementada ainda Resolução Conjunta - Secretaria de Estado da Fazenda e da Segurança Pública - há que se alterar a norma específica, relacionada às taxas de segurança, Lei nº 7.257, de 30/11/79, a fim de se incluir a alíquota correspondente à expedição do al-

vará policial, necessária à complementação da documentação exigida para aqueles eventos.

Assim, a formalização do alvará policial propiciará a adequada fiscalização ínsita à polícia administrativa, como indispensável para evitar a participação tendenciosa de pessoas com desabonadores antecedentes criminais, além de outros requisitos bastantes para se alcançar a desejável lisura naqueles procedimentos, afastando-se eventuais aproveitadores ou marginais interessados em ludibriar as comunidades, notadamente aquelas envolvidas pela simpatia clubística ou pela boa fé do cidadão".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As alíquotas das Tabelas de que trata o art. 4º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, com suas alterações posteriores, ficam acrescidas, na Tabela 4, classificação 4.2, da alíquota 4.2.6, conforme o Anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o artigo 1º.

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS			Cr\$
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ/DIA/UNID.	
.....	.....				
.....	TABELA 4				
.....	.....	.....	.....		
4.2	Alvará para:			.....	
.....	.....			.....	
.....	.....			.....	
4.2.6	Alvarás para bingos ou similares			5.000%	
.....	.....	.....	.....	.....	

OF. 290/93/CS

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de justificar a Vossa Excelência, minha ausência na Sessão Plenária do dia 9 de dezembro próximo passado, conforme atesta documento em anexo.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) CARLOS SIMÕES

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que a partir da presente data, passo a integrar a Bancada do Partido Progressista - PP com assento nesta augusta Casa de Leis.

Certo de poder contar com sua atenção, renovo meus elevados protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4967-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, votação destacada da Emenda n° 084 apresentada ao Projeto de Lei Orçamentário para o ano de 1994, de acordo com o artigo 209 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoiamento: Doutor Rosinha, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, Domingos Carvalho, João Iensen, Nilton Barbosa, Rossoni, Dalton Machuca, Carlos Simões, Valderi Mendes Vilela, Arlindo Troian, Júlio Bifon, José Alves, Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Mário Bezerra e Plauto Miro Guimarães.

REQUERIMENTO N° 4943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Curitiba, segunda, em 13.12.93

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a retirada por dez (10) sessões do Projeto de Resolução n° 023/93 item 21 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 4934

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado votos de pesar à família da Senhora Aparecida Talaride, sogra do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Xambrê, pelo seu falecimento ocorrido na data de hoje no referido município.

Requer outrossim, da decisão desta Casa, que se de ciência ao Senhor Pedro Lopes, Prefeito Municipal de Xambrê, e aos demais familiares, para a Prefeitura Municipal de Xambrê - PR.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Anna Kissner Rosa, ocorrido dia 05/12/93, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 73 anos faleceu nesta Capital, a Senhora Anna Kissner Rosa, que deixou viúvo o Senhor José Rosa Filho, funcionário aposentado deste Poder Legislativo.

Também deixou 3 filhos e 3 netos.

O passamento da Senhora Anna veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Sua serva Anna.

O tempo e a distância jamais poderão

apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rosa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 4939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Serafim Raul Caus, ocorrido em Porto União dia 09/12/93.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu, dia 09/12/93, na Cidade de Porto União, com a idade de 69 anos, o Senhor Serafim Raul Caus.

O extinto deixa viúva Dona Maria da Luz e 1 filho.

Serafim Raul Caus, era ex-Prefeito e Vereador do Município de Porto União - Santa Catarina.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Serafim.

O passamento do Senhor Serafim veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais, este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor, que abalou a família Caus, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 4935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão votos de congratulações e o envio de cumprimentos a Excelentíssima Senhora Marlene de Oliveira Mattos Pádua, Digníssima Prefeita Municipal de Ortigueira, pela data que assinala a 14 de dezembro do ano em curso, a passagem do 41º aniversário de instalação daquele promissor município paranaense.

Requer, ainda, que as manifestações em apreço, sejam extensivas aos Senhores: Vereadora Leide Espaki, Digníssima Presidenta da Câmara Municipal, Vereador Deolindo Ferraz Carneiro, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, Vereador Francisco Leônidas Carneiro, Mui Digno 1º Secretário da Câmara, Vereador Antonio Domingues de Quadros, Vereador Nivaldo Moraes de Lima, Vereadora Rosilda Aparecida Siqueira, Vereador Otacílio de Almeida Vidal, Vereador Ari de Oliveira Mattos, Vereador Silvério Sink, Doutora Jildelena Alves da Silva, Mui Digna Promotora de Justiça daquela Comarca e demais autoridades representativas.

A presente propositura tem por objetivo expressar o regozijo e os cumprimentos a toda comunidade e àqueles que, de uma forma ou de outra, pela labuta e esperança adotaram Ortigueira como sua terra-mãe, aos quais rendemos hoje a nossa homenagem, compartilhando o mesmo júbilo e satisfação.

Queremos registrar aqui, alguns dados importantes, que fazem da história de Ortigueira, uma significativa partícula da própria história do Paraná, defendida no heroísmo de pessoas como os sertanejos Adolfo Alves de Souza, Domiciano Cordeiro dos Santos e Marólio Rodrigues de Almeida, cuja bravura e feitos culminaram com a criação do Município de Ortigueira (Lei Estadual n° 790, de 14 de novembro de 1951), com território desmembrado do Município de Tibagi e de Reserva, sendo solenemente instalado a 14 de dezembro de 1952. Na mesma ocasião, foi empossado o primeiro Prefeito Municipal, eleito pelo povo, bem como instalada a primeira Câmara de Vereadores.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades, através da Prefeitura Municipal de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 4945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER envio de voto de congratulações e cumprimentos pela passagem do 99º Aniversário de Emancipação Político Administrativa do Município de Ipiranga, ocorrido no dia 07 de dezembro próximo passado.

O Município de Ipiranga, foi desmembrado da região de Ponta Grossa e elevado à categoria de Distrito através de ato administrativo ocorrido em 04 de abril de 1890, a nível de município através da Lei n° 115, de 07.12.1894 e para cidade, pela promulgação da Lei n° 2.736, de 31.03.1930.

Com população superior a 12.788 (doze

mil setecentos e oitenta e oito) habitantes, o Município de Ipiranga constituiu-se, atualmente, como um dos mais progressistas municípios da região dos Campos Gerais.

De população nitidamente católica, o município tem como padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, concentrando sua população em uma área de 984.708 km<sup>2</sup>, limitando-se com os Municípios de Imbituva, Ivaí, Ponta Grossa, Teixeira Soares e Tibagi. Sua economia baseia-se principalmente na agricultura e na pecuária.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município, ao Presidente da Câmara Municipal, bem como aos Vereadores integrantes daquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO N° 4949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos votos de congratulações ao Município de Pitangueiras, neste Estado, pelo seu 2° aniversário de fundação.

Emancipado politicamente de Rolândia, Pitangueiras, neste curto espaço de dois anos, sob a administração de Arquimedes Zirolto, vem, embora de área territorial restrita, se projetando no cenário paranaense como um dos prósperos municípios de nosso Estado.

Por esse fato, esta manifestação, e que dela se dê conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Daureo Sergio Gonçalves e Arquimedes Zirolto, respectivamente Presidente da Câmara e Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 4951

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Grupo Ecológico dos Campos Gerais e a União de Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná, pela criação do Código Municipal de Proteção aos Animais, na cidade de Ponta Grossa.

Ponta Grossa será o primeiro município brasileiro a contar com um Código Municipal de Proteção aos Animais.

O projeto é considerado pelos ecológicos brasileiros, como um dos mais avançados e completos existentes em todo o Planeta, elevando o município, neste caso, ao nível dos países do primeiro mundo.

Requer ainda, que a decisão desta Ca-

Curitiba, segunda, em 13.12.93

sa, seja dada ciência, ao Grupo Ecológico dos Campos Gerais, em nome de seu presidente, o Sr. Álvaro Parrino, bem como aos demais integrantes do Grupo, e também a União de Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná, em nome de seu presidente e demais membros.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4955

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Grêmio dos Sub-Tenentes e Sargentos da Guarnição de Ponta Grossa pela comemoração de seu 57° ano de existência.

O Grêmio conta hoje com cerca de 2200 associados, sendo sócios patrimoniais e contribuintes. Possui uma sede campestre e anexo sede social com 4 piscinas, cancha de futebol suíço, vôlei e basquete.

O Grêmio foi fundado em 11 de dezembro de 1936 tendo como primeiro Presidente o Sr. Júlio Pinto Villar; o atual Presidente é o Sargento Lauri de Souza.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, ao Grêmio, em nome de seu Presidente, o Sargento Lauri de Souza, bem como aos sócios patrimoniais e contribuintes na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4956

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao BANESTADO, pela comemoração de seu 65° ano de existência.

O BANESTADO, vem há 65 anos sendo um instrumento de incentivo e apoio ao desenvolvimento do Paraná, mantendo os níveis de competitividade exigidos pelo mercado.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace, bem como aos funcionários e fundadores do Banco.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Capitania dos Portos do Estado do Paraná, através de seu Titular Capitão Nelson Pessoa Martinelli, pelas comemorações do Dia do Marinheiro, ocorrido em data de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

Os heróis do passado, que deram suas vidas para estarmos livres e gozando de uma paz permanente, merecem a nossa admiração e respeito.

Nessa trajetória, é destacado o papel da Marinha Brasileira, onde os fatos históricos, constantemente nos fazem vibrar com um nacionalismo puro, autêntico dos que amam esse solo brasileiro.

As minúcias de cada ação, o desempenho de cada homem que integram as batalhas, têm recebido periodicamente uma veneração, reverenciando-se sempre a figura de Joaquim Marques de Lisboa, o Almirante Tamandaré, um símbolo autêntico dos homens do mar.

Dentro desse contexto, comemora-se no dia 13 de dezembro, o Dia do Marinheiro.

A Capitania dos Portos do Estado do Paraná, esse ano, através de seu Titular Nelson Pessoa Martinelli, organizou em Paranaguá um acontecimento, onde os episódios marcantes dos heróicos integrantes da Marinha foram lembrados com ênfase, e ainda houve outras solenidades. Um momento inesquecível. Assim, solicitamos que seja registrado um voto de congratulações à Capitania dos Portos do Estado do Paraná, através de seu Titular Ilustríssimo Capitão Nelson Pessoa Martinelli, à Rua Benjamin Constant, 707 - CEP: 83.203-230 - Paranaguá, e extensivo a todos que ali exercem suas funções.

## REQUERIMENTO N° 4962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, à Sociedade Amigos da Marinha, pela excelente participação em conjunto com a Capitania dos Portos do Estado do Paraná, nas comemorações do Dia do Marinheiro, ocorrido hoje na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

Os heróis do passado, que deram suas vidas para estarmos livres e gozando de uma paz permanente, merecem a nossa admiração e respeito.

Nessa trajetória, é destacado o papel da Marinha Brasileira, onde os fatos históricos, constantemente nos fazem vibrar com um nacionalismo puro, autêntico dos que amam esse solo brasileiro.

As minúcias de cada ação, o desempenho de cada homem que integram as batalhas, têm recebido periodicamente uma veneração, reverenciando-se sempre a figura de Joaquim Marques de Lisboa, o Almirante

Tamandaré, um símbolo autêntico dos homens do mar.

Dentro desse contexto, comemora-se no dia 13 de dezembro, o Dia do Marinheiro.

A Capitania dos Portos do Estado do Paraná, esse ano, através de seu Titular Capitão Nelson Pessoa Martinelli, organizou em Paranaguá um acontecimento, onde os episódios marcantes dos heróicos integrantes da Marinha foram lembrados com ênfase, e ainda houve outras solenidades. Um momento inesquecível. Assim, solicitamos que seja registrado um voto de congratulações à Sociedade Amigos da Marinha, através de seu Presidente Ilustríssimo Senhor Doutor Adriano Gustavo Vidal, à Avenida Coronel José Lobo, s/n° - CEP: 83203-210 - Paranaguá, e extensivo aos demais membros da Diretoria.

## REQUERIMENTO N° 4954

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de aplauso à Escola Municipal Jorge Dechandt, pelo fato de realizarem a reciclagem do lixo.

A Escola vem realizando um trabalho de reciclagem, através da conscientização dos alunos e da comunidade para a necessidade da reciclagem, preservando a natureza.

A separação do lixo reciclável, além de proporcionar à criança uma consciência ecológica, garante recursos para as escolas, que podem assim reforçar a merenda escolar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Direção, aos funcionários, Orientadores, Pais e Alunos da Escola Municipal Jorge Dechandt, no Parque do Café, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 4963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos, ao Ilmo. Sr. Geroldo Augusto Hauer, pelo recebimento em data de hoje, do Diploma e Medalha "Amigo da Marinha", em solenidade realizada nas dependências da Capitania dos Portos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## REQUERIMENTO N° 4964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, vo-

tos de aplausos, ao Ilmo. Sr. Gilberto Elias Chaiben, pelo recebimento em data de hoje, do Diploma e Medalha "Amigo da Marinha", em solenidade realizada nas dependências da Capitania dos Portos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 4965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos, ao Ilmo. Sr. André Gilberto Risolia, pelo recebimento em data de hoje, do Diploma e Medalha "Amigo da Marinha", em solenidade realizada nas dependências da Capitania dos Portos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 4957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, vem apelar às Bancadas paranaenses na Câmara dos Deputados e Senado Federal, pró extinção da imunidade de incidência no Estado de Origem da Energia Elétrica.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

1°) Considerando que as únicas exceções, no sistema Constitucional Tributário, relativo ao I.C.M.S., dizem respeito ao Petróleo, derivados e a Energia Elétrica. Por regra casuística da Constituição de 1988.

2°) Considerando que as perdas do Paraná com a imunidade nas operações interestaduais com energia elétrica, totalizam US\$ 1.125.516.000,00 (hum bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil dólares) em 4 anos (de 1989 a 1992).

3°) Considerando, portanto, que o Paraná deixou de arrecadar aquela importância, que, foi parar basicamente no Estado de São Paulo.

4°) É claro que, a Constituição de 88 prevê a possibilidade dos royalties e indenização financeira pela exploração dos recursos hídricos. Mas, o total é até ridículo para o Paraná pois, nos últimos 4 anos o Paraná arrecadou apenas US\$ 60.028.000,00 (sessenta milhões, vinte e oito mil dólares).

Dai a nossa preocupação pelo tratamento isonômico do Paraná com outros Estados da Federação que não pode ser prejudicado, por regra constitucional, deliberada, para beneficiar alguns Estados da Federação.

Curitiba, segunda, em 13.12.93

Acreditamos, por consequência, que a Bancada paranaense com assento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, se mostrará receptivas ao nosso apelo.

REQUERIMENTO N° 4936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Ilmo. Sr. Luiz Fernando Viana Artigas, Mui Digno Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, solicitando a destinação de uma viatura para uso da Delegacia do Município de Ortigueira.

O município possui 2.394.844 km<sup>2</sup> e sua população é superior a 27.000 habitantes e, com o crescente índice de criminalidade do País, os policiais não conseguem atender com a necessária agilidade e eficácia as ocorrências, gerando, assim, uma insegurança e descrédito perante a população local, tendo em vista que aquela Delegacia não possui nenhum veículo para o deslocamento dos policiais de um ponto a outro do município.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Delegacia de Ortigueira e à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 4950

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias solicitando que a Secretaria ajude a construir o Parque da Sociedade Rural dos Campos Gerais.

A SRCG, venderá a atual sede para adquirir um terreno, no qual será construído o Parque e a nova sede, precisando portanto da ajuda da Secretaria para levar em frente o projeto.

Todos os associados e a população em geral estão empenhados para que finalmente Ponta Grossa tenha o seu Parque de Exposições.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4952

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário dos Transportes Mário Pereira, solicitando que seja feita uma parceria entre a Secretaria e a Prefeitura de Ponta Grossa, para que seja alargada a pista da principal ligação da BR-376 com o centro da cidade, sentido Curitiba/Ponta Grossa, no Trevo Vendrami.

Embora o acesso seja não única, por ser muito estreito e ter um tráfego intenso, o número de acidentes não é pequeno.

As negociações entre a Secretaria e o Governo Municipal, devem ser rápidas e eficazes, pois esta obra é de interesse geral, e que com certeza evitará muitas fatalidades que ocorrem neste ponto da Rodovia.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4953

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente à Direção da Caixa Econômica Federal, para que a mesma auxilie no caso do Conjunto Santa Bárbara em Ponta Grossa, para que seja evitada uma batalha jurídica.

A COHAPIONEIRA, entrou com uma ação de desocupação, pelo fato da ocupação ser sem autorização legal, os advogados da Associação dos Mutuários estão procurando o diálogo com a COHAPIONEIRA e com a CEF.

A intenção dos moradores é regularizar a situação, eles afirmam que não querem nada que não seja legal.

A ocupação foi pacífica e não houve qualquer depredação do patrimônio.

Nenhuma das partes quer ceder, por este motivo é que se faz esta reivindicação de que a Caixa tome partido, decidindo de uma vez por todas a questão, evitando assim uma batalha judicial.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, reiterando o pedido que as crianças do Município de Guaratuba, para o ano de 1994, recebam os "kits escolar".

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Guaratuba é um município, com todas as dificuldades dos demais, onde aumentam a cada ano as famílias carentes. Uma evolução que ninguém segura. A Prefeitura, com o eficiente trabalho realizado pelo Prefeito José Ananias dos Santos, com o apoio do Poder Legislativo, busca encontrar soluções para os diferentes setores, mas nesse da distribuição gratuita de material escolar não tem recursos orçamentários, diante dos elevados custos.

É público e notório que, "Aqui o Brasil está dando certo", conforme apregoa a mídia governamental, e nada mais justo, que as crianças carentes de Guaratuba, possam também usufruir desse benefício coletivo, recebendo no próximo ano, o material escolar adequado.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando que, as crianças do Município de Guaratuba, em 1994, recebam os seus kits escolar.

REQUERIMENTO N° 4967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Senhores Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, e ao Coronel Eugênio Semmer, Digníssimo Comandante do Policiamento do Interior, solicitando para 1994, o aumento efetivo da Polícia Militar no Município de Guaratuba-PR.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

As estatísticas demonstram perfeitamente que o Balneário de Guaratuba, está em pleno crescimento populacional. Além das localidades já existentes, outras estão sendo criadas. São novos núcleos habitacionais, onde aumentam consecutivamente as ocorrências policiais, e a segurança está sendo considerada como uma das prioridades.

Após a temporada de verão, sempre aumentam as dificuldades, e por essa razão solicitamos que sejam enviados expedientes ao Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar, e ao Coronel Eugênio Semmer, solicitando a ambos, o aumento da Polícia Militar no Município de Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 4948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e ainda, com fulcro no art. 5º, inciso XXX da Constituição Federal, REQUER a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa, solicite ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Sr. Rafael Iatauro, respostas às questões formuladas abaixo, que devem ser respondidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e em caso de omissão serão consideradas verídicas as informações divulgadas pela imprensa, bem como serão tomadas as medidas cabíveis.

1º) Se o Sr. Rafael Iatauro possui inscrição na Ordem dos Advogados do Bra-



sil, Seção Paraná? Caso Positivo, sob qual número?

2º) Quanto recebeu de março de 1967 a novembro de 1993 sobre o tempo de exercício profissional, com base na Lei nº 5.989 de 25.08.69?

3º) Quem no Tribunal de Contas do Paraná recebeu o mesmo benefício, com fulcro na legislação acima citada?

4º) Quanto tempo a empresa "Hoje Turismo" atendeu ao Tribunal de Contas do Paraná?

5º) Com que fundamento, por quem e quando foi escolhida a empresa supra para prestação de serviço ao Tribunal?

6º) Quais outros órgãos do Estado ela atendeu e atende?

7º) Onde e quando foi publicada a relação completa dos servidores lotados neste Tribunal de Contas, com indicativo de cargo, função, admissão e horário, conforme art. 234 da Constituição do Paraná? Caso, não publicada, solicitamos seu fornecimento a este Poder Legislativo.

8º) Quais veículos o Tribunal de Contas do Paraná tem ao seu dispor? Com discriminação de placa, marca, ano, cor e certificado de propriedade.

9º) Para que fim são utilizados os veículos, quem os utiliza e sob qual regulamentação?

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) DOUTOR ROSINHA

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI nº 755/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a adotar nas folhas de pagamento dos servidores aposentados, os mesmos códigos de vencimentos, vantagens e descontos dos servidores em atividade.

Art. 2º - Nos pagamentos mensais dos proventos de aposentadoria deverão constar, especificadamente, cada parcela componente da remuneração integral que os servidores teriam se estivessem em atividade.

Art. 3º - Os órgãos pagadores dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, tomarão as providências necessárias para proceder as adaptações cabíveis.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, segunda, em 13.12.93

A Constituição Estadual, em seu artigo 35, § 3º, estabelece que:

"Os proventos da aposentadoria ou inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei".

O presente plano de lei tem por objetivo disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamentos dos servidores aposentados, a fim de que os mesmos e a própria administração possa ter acesso direto às informações sobre as parcelas componentes dos seus proventos de inatividade.

Tal providência virá facilitar a fiscalização, por ambas as partes interessadas, a fim de que os dispositivos constitucionais sejam cumpridos, inclusive quando se tornar necessária retificação ou revisão de cálculo.

PROJETO DE LEI Nº 756/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a criar Escolas Públicas de Trânsito no Paraná, subordinadas ao Departamento de Trânsito.

Art. 2º - O ingresso do aluno na Escola Pública de Trânsito, dar-se-á mediante aptidão nos exames de avaliação psicológica e de sanidade física e mental.

Art. 3º - A Escola Pública de Trânsito, tem como objetivo principal a preparação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação na jurisdição do Paraná, nas seguintes disciplinas:

- I - Legislação de Trânsito;
- II - Direção Defensiva;
- III - Primeiros Socorros; e
- IV - Educação para Segurança no Trânsito.

§ 1º - A carga horária por matéria, será definida por ocasião da regulamentação desta lei, a qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) horas-aula, respeitadas as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

§ 2º - Nas disciplinas Educação para a Segurança no Trânsito, serão acrescidas de noções de Relações Públicas e Humanas e na Direção Defensiva, o acidente de trânsito e suas consequências nas esferas administrativas, penal e cível;

§ 3º - Após a aprovação nas disciplinas a que se refere este artigo, o candidato receberá um Certificado que lhe dará

o direito ao aprendizado de Prática de Direção e realização do exame, através da auto-escola ou de instrutor particular;

Art. 4º - O disposto nesta lei, aplica-se também aos Examinadores de Trânsito, Instrutores das Auto-Escolas e aos casos de apreensão da Carteira Nacional de Habilitação, em decorrência de condenação judicial ou de apreensão na esfera administrativa por envolvimento em acidente de trânsito na jurisdição do Paraná.

Art. 5º - As despesas de aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do DETRAN.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Diariamente assistimos a atrocidades contra a vida humana, consequência da violência no trânsito.

O aumento crescente do número de carros no trânsito é uma das causas da melancólica contabilidade de acidentes, mas não é a única e nem a mais importante. A incidência de atropelamentos, capotamentos e batidas, com grande número de vítimas, até fatais, ceifando vidas, enlutando famílias e interrompendo promissoras carreiras de jovens, deve ser debitado a problemas de comportamento. É questão cultural, portanto.

Ninguém pode ficar insensível à necessidade de uma educação para o pleno exercício de cidadania, nesta, incluída a formação de motoristas competentes, cautelosos e responsáveis, ao lado de pedestres conscientes e disciplinados.

Dai a oportunidade de uma ação educativa de intervenção, no sentido de desenvolver atitudes e habilidades e de formar hábitos nos candidatos a motoristas. Que atitudes são desejáveis, mais que isto, essenciais nos motoristas? Responsabilidade, respeito à vida, cortesia e até humildade e tolerância em certas horas, frente aos mal educados, afoitos e truculentos, são qualidades a serem cultivadas em quem terá sob seu comando uma máquina que pode se tornar uma arma mortal.

Por isso, a criação de uma Escola Pública de Trânsito, equivale à criação de uma Escola de Respeito à Vida.

Os produtos/serviços da Escola Pública de Trânsito buscam, essencialmente, a capacitação de seres humanos, nos diversos níveis, mediante o aprimoramento de professores, a qualidade de profissionais para as escolas de formação de condutores e de examinadores de trânsito, a preparação

de candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e a atualização dos condutores de veículos automotores, em conformidade com o disposto na Legislação de Trânsito e os preceitos didáticos-pedagógicos.

Queremos para o Paraná, o que já está produzindo frutos no Distrito Federal, que foi o Estado pioneiro na criação de uma Escola Pública de Trânsito no nosso país.

Esta é a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 757/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga a BR-277 - Vila União - no Município de Cêu Azul, ao Município de São Pedro do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o estado lastimável de conservação que se encontra o referido trecho rodoviário, que interliga Cêu Azul a São Pedro do Iguaçu, dois importantes municípios paranaenses, servindo a toda uma região em desenvolvimento, com profícua atividade agrícola e a intensidade de tráfego de veículos pesados, e por tratar-se de uma rodovia intermunicipal muito importante para o escoamento das safras, e como os municípios não possuem recursos financeiros disponíveis para a conservação da mesma, é que esperamos a estadualização do citado trecho, o que faz jus e necessário.

PROJETO DE LEI Nº 758/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cambará, com sede e foro na Avenida Brasil, nº 1384, naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) ARLINDO TROIAN

#### JUSTIFICATIVA:

Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério do Bem-Estar Social, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Cambará, tem prestado relevantes serviços à comunidade. De acordo com seus Estatutos So-

ciais, a APAE tem por objetivo promover o bem-estar social e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, bem como estimular os estudos e pesquisas relativas aos problemas dos mesmos. Cooperar com as instituições públicas e particulares, procurar estimular o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposições, cooperativas, de oficinas protegidas e das medidas que forem julgadas necessárias.

PROJETO DE LEI N° 759/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo - ADFT, com sede e foro na Cidade de Toledo, a Rua Conrobert Pereira da Costa, n° 1201, naquele Município.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 1.676 de 23 de setembro de 1991, a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo - ADFT, vem prestando relevantes serviços à comunidade do Município de Toledo conforme demonstra seu relatório. De acordo com o que determina seus Estatutos Sociais a ADFT tem por objetivos, instituir e coordenar amplo serviços de assistência cultural, social e educacional aos portadores de defeitos físicos, proporcionando atividades recreativas e esportivas a seus associados.

PROJETO DE LEI N° 760/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.93

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Desde a sua fundação em 10 de maio de 1983, o Lar Infantil João Leão Pitta, desenvolve um trabalho de assistência à criança carente, tão esquecida nos dias de hoje.

Localizada no bairro mais pobre da cidade, a Entidade assiste as crianças com situações familiares mais difíceis, visando sempre as mais necessidades, prestando

Curitiba, segunda, em 13.12.93

assistência médica e odontológica, orientando as famílias através de reuniões periódicas com os pais das crianças. O Lar oferece ainda alimentação adequada e regras de higiene sempre com a dedicação maior de seus funcionários.

A importância do Lar João Leão Pitta se traduz no desempenho para proporcionar uma vida mais decente e com mais esperanças a esses menores que não carreguem a culpa das injustiças sociais.

A situação jurídica da Entidade está regularizada, e a Lei Municipal de Utilidade Pública é a de n° 1.950/89.

A Lei Estadual de Utilidade Pública virá beneficiar de forma substancial a Entidade.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É constante a minha ocupação desta tribuna para falar sobre os problemas da agricultura do nosso Estado. A situação de falência e descapitalização por que passam os produtores rurais deste Estado e principalmente os mini e pequenos produtores é assustadora. Não há políticas a nível deste País que contemplem as necessidades, as dificuldades dos pequenos produtores para que lhes garanta a sobrevivência no campo, para que lhes garanta a condição de permanecer com o nome de produtores ou agricultores e produzindo alimentos neste País.

É grande o exército de agricultores que hoje vivem pela periferia das cidades do interior do nosso Estado e porque não dizer do inchamento da região metropolitana do Paraná, de onde vêm pessoas de todos os cantos do Estado à procura de uma sobrevivência melhor, não porque o produtor ou agricultor não quer produzir e não quer permanecer na terra, mas porque sente-se desestimulado, sente-se desvalorizado e abandonado pelas autoridades competentes, principalmente na área federal, com relação aos problemas da agricultura.

Não se percebe de que mantendo o agricultor no campo, estamos gerando milhares de empregos neste Paraná e neste País e se impede o êxodo rural e com isso se diminui os problemas sociais dos centros urbanos.

Eu aproveito este preâmbulo para dizer que quero falar, especificamente, de um fato que está ocorrendo no Estado do Paraná hoje, quando aproximadamente 200 lideranças de agricultores, líderes sindicais, presidentes de sindicatos, produtores rurais da base, encontram-se bloqueando a superintendência do Banco Central do Estado do Paraná, na Avenida Marechal Deodoro, nesta Capital, quando pude participar e

acompanhar nesta manhã estes agricultores representando os milhares de agricultores deste Estado que estão à espera de receber do Governo Federal a sua indenização do PROAGRO das últimas safras.

Aproximadamente 200 lideranças representando mini e pequenos produtores se encontram neste exato momento em frente ao Banco Central, Superintendência do Paraná, bloqueando o funcionamento deste órgão público e exigindo que as autoridades federais paguem as dívidas que têm com os produtores e principalmente com os mini e pequenos produtores com relação ao Programa de Seguro Rural - PROAGRO.

Há produtores que já estão há cinco anos esperando solução do seu pedido do PROAGRO e até hoje não têm resposta deste órgão que tem a responsabilidade de garantir quando um produtor faz um financiamento e há frustração de safra e ele perde a sua produção, garantir que lhe seja coberto o financiamento e os seus investimentos na agricultura.

Existe um contraditório muito triste e muito grave quando os bancos estão perseguindo e cobrando os produtores, inclusive na justiça, e não pagam o que devem aos produtores através do PROAGRO.

Ao invés dos próprios bancos participarem da exigência de que o Governo Federal através do Ministério da Agricultura e do Ministério da Economia, indenizem os produtores, os bancos fazem a cobrança judicial dos produtores, quando o produtor tem a ver e está sendo cobrado judicialmente, tendo que vender seu patrimônio para pagar o financiamento, e ele tem o crédito deste financiamento, através do Banco Central, e não lhe é repassado, através das agências bancárias. Está se fazendo retaliações de todas as formas aos produtores, hoje, que têm crédito a receber do PROAGRO. Negam-se a concessão de novos créditos, porque ele está inadimplente. Os bancos fazem pressão junto aos produtores...

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Vossa Excelência passa a falar no Horário do PT. São 5 minutos improrrogáveis.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Só hoje, não é, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Enquanto eu estiver na Presidência, será sempre. Embora eu seja Presidente "ad hoc", o Regimento foi feito para ser cumprido.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu vou usar um minuto da Liderança do PT, Senhor Presidente.

Os produtores estão sendo pressionados

e sendo-lhes negado o direito de terem novos créditos, porque não puderam pagar seu financiamento, por não terem recebido o PROAGRO. Estão sendo pressionados porque procuram na justiça o seu direito a rever este crédito, junto ao Banco Central. E da mesma forma, seus avalistas estão sendo pressionados e prejudicados com seus financiamentos bancários, porque são avalistas dos produtores e estes não pagam seu financiamento porque não têm recursos para isso e porque não recebem do PROAGRO aquilo que lhes é devido. E estão, lamentavelmente, alguns produtores, há 3, 4 e até 5 anos a espera deste recurso ser liberado pelo Banco Central. Por isto, os produtores estão ocupando nesta tarde e por alguns dias, a agência do Banco Central do Paraná, exigindo negociações com os Ministérios da Economia e da Agricultura, para que sejam-lhes indenizados e pagos o PROAGRO e com isto eles possam saldar seus financiamentos, nos bancos. Esperamos que esta Casa lhes dê o apoio necessário, para que lhes garanta a sobrevivência no campo, de milhares de produtores rurais neste Estado.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrada nos Anais da Casa a presença do Vereador de Irati, Mário Penfário Ângelo.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Será registrado.

Concedemos a palavra ao Deputado Nilton Barbosa, o 2º orador inscrito.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No segundo mandato que exerço nesta Casa, sempre procurei pautar o nosso período de mandato legislando, cumprindo com aquilo que é nossa obrigação. Mas, sem dúvida há atendimentos que fazem com que lidemos até aquilo que nos atribuem a Constituição Estadual e Federal. Atendemos as pessoas que nos procuram, da nossa região, dos mais diversos atendimentos. E é evidente, Senhor Presidente e Srs. Deputados, que nestes quase 7 anos de mandato que exercemos, nesta Casa, sempre procuramos, em especial dar atendimento aos nossos municípios, aos municípios que prazerosamente representamos nesta Casa, junto ao Governo do Estado.

E, nesta Casa, procuramos sempre ter o melhor entrosamento para com os nossos companheiros. Independente de siglas partidárias, de ideologias políticas, sempre procuramos ter um relacionamento porque sempre achamos que o período do mandato que exercemos mais convivemos com os colegas Deputados, com os funcionários desta

Casa do que até mesmo com os próprios familiares. Mas alguns companheiros parece não se prender a essas coisas: à amizade, ao relacionamento e ao respeito; procuram mais faltar as vezes com o respeito procurando buscar espaço da imprensa do que levar a sério o mandato que o povo lhes outorgou. Falo isso Senhor Presidente para deixar aqui o meu voto de protesto ao comportamento do Deputado Dr. Rosinha, que levado pelo seu comportamento as vezes infantil, as vezes até animalesco, age irresponsavelmente, passando inclusive release para a imprensa como fez sem conhecimento de causa no sábado próximo passado. Farei aqui Senhor Presidente a leitura do Jornal "O Estado do Paraná", que foi por release que saiu também publicado no Jornal Folha de Londrina de matéria do Deputado Dr. Rosinha, que se contrapondo ao Deputado João Iensen com relação a verbas do orçamento destinada à Fundação Torre Forte de apoio e desenvolvimento da entidade, talvez dirigida pelo Senhor seu pai, Deputado Federal nos vincula a matéria. A matéria diz o seguinte:

**"DEPUTADO DENUNCIA DOAÇÕES IRREGULARES**

O escândalo da CPI do Orçamento, que descobriu o desvio de verbas públicas para entidades sociais fantasmas, ligadas a parlamentares, não serviu para moralizar grande parte dos deputados estaduais, que continuam indicando recursos para entidades particulares. A denúncia é do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), que fez um levantamento no substitutivo geral do Orçamento de 94 e descobriu que alguns parlamentares apresentaram várias emendas destinando verbas para entidades privadas e de assistência social.

Entre esses parlamentares descobertos pelo Deputado do PT está João Iensen, que apresentou emendas destinando subvenção social ou auxílio à Associação Evangélica de Cascavel, Associação Evangélica Betânia de Toledo, Associação Bom Pastor de Paranaguá, Associação Lar dos Meninos de Francisco Beltrão, Assistência Social Estandarte do Amor de Telêmaco Borba, Assistência Social Bom Pastor de Foz do Iguaçu e Associação Betel de Serviço Social da Igreja Assembléia de Deus de Faxinal. Iensen indicou ainda recursos para a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento de Entidades Assistenciais, Educacionais e Culturais de Curitiba, suspeita de envolvimento no desvio de verbas pela CPI do Orçamento.

Outro parlamentar que também está na lista do Deputado Dr. Rosinha é Nilton Barbosa, que apresentou emendas destinando recursos para várias entidades particulares, como a APEC (Umuarama), Colégio Alfa (Umuarama) e Faculdade Evangélica (Curitiba)."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desde o primeiro ano do exercício de mandato de Deputado Estadual procuramos colocar emendas no orçamento para atender os

Curitiba, segunda, em 13.12.93

nosso Municípios, independentemente para que tipo de obra, desde que de lá venha a sugestão dos Srs. Prefeitos, dos Srs. Vereadores e dos segmentos da sociedade. A nossa emenda no orçamento para 94 diz o seguinte: "Incluir como meta do código em tela recursos para estudantes carentes no Município de Umuarama para as seguintes entidades: APEC, Colégio Alfa, e aí foi colocado junto a PUC e a Faculdade Evangélica de Curitiba. Diz bem a nossa emenda: para estudantes carentes. Qual a nossa intenção Senhor Presidente e Srs. Deputados? Nem todos os alunos, nem todos os jovens têm a felicidade de prestarem vestibular na Universidade Federal do Paraná, ou nas Universidades Estaduais e passarem. Muitos deles sonhadores dentro do vestibular, de universidades ou faculdades estaduais, passam e tentam com seu sacrifício, com o sacrifício de seus familiares chegar ao final do curso. E lamentavelmente nós não temos na região de Umuarama uma universidade estadual. Tem em Ponta Grossa, tem em Londrina, tem em Maringá, tem em Cascavel, tem em Foz, tem o sudoeste e nós não temos.

A razão da nossa emenda é exatamente no sentido de passar recursos para a universidade, mas acompanhada pelos diretórios acadêmicos e os diretórios acadêmicos selecionarem os estudantes realmente carentes, sem possibilidade de pagarem as suas mensalidades e serem agraciados sim com a ajuda do Governo do Estado.

A nossa emenda não tinha outra finalidade se não esta.

Por isso o nosso repúdio à posição do Deputado que talvez por não ter compromisso com o povo do Paraná, porque só tem compromissos com o discurso da denúncia, com o discurso do protesto, com o discurso da oposição e não sabe o que é atender a região pela qual aqui está representando.

Por isso fica aqui o nosso protesto e o desejo de que o Deputado Dr. Rosinha tenha respeito para com os seus companheiros e a partir do momento que quiser chamar, que quiser tecer comentários, teça consciente do que está fazendo, com verdades e não com brincadeira, usando a imprensa para tentar denegrir os seus companheiros nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças a palavra com o PL. (DECLINA)

O Sr. Nilton Barbosa - Sr. Presidente, em tempo, eu usei uma parte só do Horário da Liderança do Partido Progressista e o restante do tempo será usado pelo Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Dirceu Manfrinato usará por cinco minutos, então.

Liderança do PDT (Declina)

Liderança do PMDB (Declina)

Liderança do PP. Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato, por cinco minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos, em nome do nosso Partido, ter a honra e a satisfação de registrar nos Anais desta Casa a filiação partidária do nosso companheiro Duílio Genari.

Pronunciamos na Cidade de Toledo, acompanhado do ex-Governador do Paraná, Álvaro Dias, acompanhado do ilustre Deputado que compõe esta Casa, Deputado Geraldo Cartário, do Assessor do ex-Governador Álvaro Dias, Dr. Edson Gradia, e participamos deste ato de filiação em Toledo, no sábado próximo passado, e quero, Srs. Deputados, testemunhar aqui o que vimos e o que presenciamos na figura do ilustre Deputado Duílio Genari. Deputado respeitado, conceituado na Cidade de Toledo, aonde demonstrou pelo seu ato de filiação a representação popular que possui, reunindo centenas e centenas de pessoas, de lideranças políticas da região oeste do Paraná e até mesmo do Município de Toledo.

E nós queremos parabenizá-lo neste momento por esta decisão de ingressar ao nosso Partido e dizer de que o Partido sente-se muito feliz com o seu ingresso, Deputado Duílio Genari, porque V.Exa. demonstrou a nós que estivemos presentes, o seu prestígio e o seu respeito junto à sua comunidade. Isto engrandece o nosso Partido, enriquece o nosso Partido com V.Exa. ao nosso lado. E também filiando o empresário Dirceu Sperafico, um empresário reconhecido na Cidade de Toledo na Região Oeste do Paraná. Então nos sentimos muito honrados, neste momento, em recebê-lo junto ao nosso partido. Concedo aparte ao nosso Líder Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu parabeno V.Exa. pela lembrança do registro de filiação do ilustre companheiro Duílio Genari que traz consigo, também, um empresário de renome na região Oeste do Paraná - Dirceu Sperafico, que desde sexta-feira passada fizeram as suas filiações ao PP. E confirmar aqui, como disse V.Exa., do prestigiamento que tem o Deputado Duílio Genari na Região Oeste do Paraná, porque participamos em três municípios do Oeste no comando das lideranças políticas de Formosa do Oeste, Jesuítas e Iracema e pudemos, de perto, acompanhar o trabalho e a atuação desse nosso companheiro. E, sem dúvida, ganha com isso o PP com a sua fi-

liação e com a filiação do amigo e companheiro Dirceu Sperafico.

Po isso cumprimento V.Exa. pela lembrança e cumprimento o Deputado Duílio Genari por ingressar, conosco, no Partido Progressista. Seja bem vindo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Nós agradecemos o aparte do Deputado Nilton Barbosa e confirmo de que a satisfação é muito grande do nosso partido, uma vez de que hoje há um descrédito da população brasileira pelos episódios que vêm ocorrendo em Brasília. Mas, Deputado Duílio, V.Exa. demonstrou perante a sua comunidade a sua competência como homem público. E, em razão disso, V.Exa. está credenciado pela sua população, porque V.Exa. tem um princípio honesto, sério e merece, realmente, o respeito desta Bancada e do povo do Paraná. Concedo o aparte ao Deputado Manfrinato, ao Deputado Geraldo Cartário que lá estiveram presentes. De modo especial também esteve presente o ex-Governador do Estado do Paraná - Álvaro Dias, o nosso futuro Governador e de dizer que se eu ingressei no PP é pelo fato da grande amizade que tenho junto com os companheiros do PP. E ao mesmo tempo ingressei no PP, como uma segurança para que, com isso, nós possamos fortalecer mais, ainda mais o PP no Oeste do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário da Liderança do PSDB concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Servidores desta Casa, membros da Imprensa falada, escrita e televisionada. Preliminarmente o PSDB também registra que depois de longas e merecidas férias, conta novamente com a presença do grande Deputado Heinz Herwig, que sempre esteve presente com seus companheiros, embora afastado temporariamente. Daí porque, estendemos, mais uma vez, o nosso abraço e a nossa grande satisfação de revê-lo aqui junto com a Bancada Tucano. E com isso, abre-se também, a liderança do PSDB nesta Casa.

Mas, Srs. Deputados, há uma grande preocupação não só da classe política mas de toda a sociedade paranaense. Estamos às portas da revisão constitucional e as perdas fiscais do nosso Estado pelo texto da Constituição de 88, infelizmente se avolumam. Para termos uma pálida idéia, de 1989 até 1992 o Paraná perdeu mais de um bilhão de dólares pela imunidade que se deu de ICMS aos estados da origem dessa energia elétrica, e o Paraná foi o mais penalizado em benefício de São Paulo. Daí a grande

oportunidade, a grande propriedade do artigo publicado na "Gazeta do Povo" pelo nosso Secretário da Fazenda, Advogado e Tributarista de escola, o eminente Eron Arzua. E fazemos questão de que seja integralmente transcrito nos Anais desta Casa e, ao mesmo tempo, estamos endereçando um requerimento no sentido de apelo às Bancadas paranaenses da Câmara dos Deputados e do Senado da República, no sentido de que promovam uma emenda constitucional contra a imunidade da energia elétrica nos Estados de origem.

Passamos a ler os termos da contribuição de Eron Arzua (Lê):

"Perdas Fiscais do Paraná

Volto ao tema das perdas do Paraná na questão do ICMS da energia elétrica. Penso ser oportuno demonstrar, agora que estamos às vésperas da revisão constitucional, o quanto custa ao Paraná a injustificável exceção aberta na tributação da energia elétrica.

O sistema constitucional tributário relativo ao ICMS prevê a titularidade do recurso ao estado de origem, isto é, ao estado produtor da mercadoria. Assim quando essa é encaminhada para outro estado, a maior parte do imposto gerado pela operação na Federada remetente. Nas relações entre os estados do Sul e Sudeste a alíquota do ICMS é de 12%. Quando o produto sai para Unidades do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, a carga tributária é de 7%. Isso para possibilitar a plena tributação no estado de destino, onde as alíquotas internas são, por via de regra, de 17% e 18%.

As únicas exceções do sistema dizem respeito ao petróleo, derivados e à energia elétrica. Por regra casuística da Constituição de 1988, as operações com esses produtos são imunes à incidência no estado de origem. Quer dizer: todo o ICMS pertence à Federada onde o produto é consumido.

Dois quadros são significativos:

- 1º) Perdas do PR com a imunidade nas operações interestaduais com energia elétrica - em percentagem do total do ICMS recolhido: 1989 - 15,11%, 1991 - 20,79%, 1990 - 13,20%, 1992 - 23,13%.
- 2º) Perdas do PR com a imunidade nas operações interestaduais com energia elétrica - Em US\$ mil: 1989 - 218,914, 1991 - 328.928, 1990 - 258.127, 1992 - 319,547. Total - 1.125.516.

Em quatro anos, pois, o Paraná deixou de arrecadar a importância de um bilhão de dólares que, por passe de mágica foi parar basicamente no estado de São Paulo.

À época da Constituinte foi dada ao Paraná, como compensação pela retirada do ICMS, a possibilidade de haver royalties e indenização financeira pela exploração dos

Curitiba, segunda, em 13.12.93

recursos hídricos. Vejamos o que deu no quadro abaixo (em US\$ mil): 1989 - 0, 1990 - 0, 1992 - 31.132, 1991 - 4.664, 1993 - 24.232. Total - 60.028.

Anota estudo da assessoria econômica da Secretaria da Fazenda: "Ainda que uma coisa tivesse a ver com a outra, os royalties e a compensação financeira pela exploração dos recursos hídricos, na forma como foram regulamentados (mal), recolhidos (inadimplências) e repassados (com atraso), nem de longe compensariam o estado pela imunidade nas operações interestaduais com energia elétrica".

Mas o Paraná concorda com a seguinte proposta: ou todos os produtos são tributados no estado do destino, como é hoje a energia elétrica, ou todos o são na origem. O que não pode haver é regra deliberada para beneficiar alguns estados em detrimento de outros.

Entendo ser a matéria da conta não só da bancada paranaense no Congresso Nacional mas de toda a sociedade paranaense. Porque a perda é de todos, em especial de estados e municípios.

HERON ARZUA

Secretário da Fazenda do Paraná"

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PTB, do PFL, do PT.  
(Declinam).

Encerrado o Horário do Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 121/93, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando a esta Casa de Leis, em aditamento à Mensagem nº 162/90 e Ofício nº 147/91, um novo texto para a "Lei Estadual do Meio Ambiente", substituindo o do Projeto de Lei nº 456/90, que tramita por essa Casa. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 122/93, subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescer às alíquotas das Tabelas de que cuida o art. 4º, da Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979, uma nova alíquota conforme específica. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 290/93, subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, justificando a sua ausência na Sessão Plenária do dia 09 próximo passado, conforme documento anexo. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Generi, constante do expediente, comunicando que a partir da presente data, passa a integrar a Bancada do PP, nesta



Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois), de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A pedido do Deputado Valderi Vilela, registramos a presença do Prefeito de São José da Boa Vista, Benjamim Milton Vilela, de sua esposa e filhos, que visitam hoje esta Assembléia Legislativa. Esta Presidência também congratula-se com a presença das dignas pessoas anunciadas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 198/92, proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 198/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil, bem como de empresas de segurança ou vigilância em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - O integrante da Polícia Civil que descumprir a presente lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, à mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de

reincidência implicará no desligamento do Policial Civil, autor ou responsável pela ordem e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança, na aplicação em dobro da multa prevista no "caput" deste artigo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.93  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
EURIDES MOURA - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 569/93 altera disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 133, de 29.09.93 - Mensagem).

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 570/93 altera dispositivos da Lei Orgânica da Coordenação da Receita do Estado, visando adequar o Plano de Carreira dos Agentes Fiscais aos Dispositivos Constitucionais e introduzir novos mecanismos para promoção a acesso à referida carreira. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 133, de 29.09.93 - Mensagem).

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do parágrafo 2º, do artigo 12 e do inciso V, do artigo 23, ambos da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e S.P.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão.**

Lembramos aos Srs. Deputados que neste turno iremos apreciar apenas a emenda aprovada em segunda discussão.

Em discussão a emenda. Em votação. **Aprovada. O projeto irá à redação final.**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/93, que autoriza o Poder Executivo a vender, mediante prévias avaliações ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. **Apreciar neste turno Substitutivo Geral Aprovado em 2ª Discussão.**

Lembramos aos Srs. Deputados que neste turno iremos apreciar apenas o Substituti-

vo Geral já aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Embora em terceira discussão, a Mensagem Governamental que solicita autorização desta Assembléia Legislativa para venda das ações da COPEL, a sua aprovação é assunto liquidado pelos Srs. Deputados, onde um substitutivo geral foi apresentado, alterando fundamentalmente aquilo que pretendia o Sr. Governador do Estado. Acompanhei, li e me interessei desde o primeiro dia por esse assunto, talvez a votação mais importante nesse ano e nesse período legislativo, se considerando o valor da operação pretendida pelo Governo do Estado.

Acredito - já me manifestei publicamente - de que a venda dessas ações pela COPEL não irá iniciar o processo de privatização da empresa. Não vale aqui dizer que ela foi construída com recursos do Tesouro do Estado, e por consequência arrecadado de taxas e impostos estaduais, é a função do Estado assim agir. Mas entre uma Mensagem Governamental que veio solicitando a venda dessas ações para aplicação na geração e na transmissão de energia elétrica, apesar da Assembléia Legislativa estar investida de poderes para alterar não só Mensagens Governamentais, mas quaisquer projetos; perde a sua finalidade qualquer emenda que venha estabelecer novo critério de aplicação.

O próprio Conselho de Administração da COPEL fez publicar uma nota em reunião realizada em 08 de dezembro: "O Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, aprovou por unanimidade a abertura do capital da Empresa, mas ao tempo entendem os Conselheiros ser fundamental que o processo de venda das ações de propriedade do Estado do Paraná na COPEL se dê na conformidade com o texto original do anteprojeto de lei sobre a matéria enviada à Assembléia Legislativa pelo Governador Roberto Requião que prevê a aplicação dos recursos estritamente no setor energético".

Tenho acompanhado as Mensagens Governamentais, existe o interesse do Governo em aplicar recursos em determinados setores.

Ainda há poucos dias votamos que toda multa que se fizer através do DER, a taxa recolhida deverá ser depositada em conta especial do Departamento de Estradas e Rodagem para aplicação no setor, o mesmo ocorre com a CIRETRAN, com o DETRAN, onde as suas taxas são recolhidas diretamente, e por que não alterar esse princípio, porque modificar uma Mensagem onde precisamos

Curitiba, segunda, em 13.12.93

dar mais recursos à COPEL para que ela exerça, realmente, a sua atividade, e possa contribuir para o desenvolvimento desse Estado?

Acreditamos que aplicar em energia elétrica é gerar mais impostos, é gerar mais empregos, é gerar mais desenvolvimento. Votamos favoravelmente à Mensagem Governamental sem antes registrar a nossa opinião, de que destinando recursos para outras Secretarias de Estado, para realização de outras obras, não estaríamos atendendo, realmente, aos altos interesses do Estado.

Tive uma emenda minha aprovada no Substitutivo Geral que estabelece a presença de Deputados Estaduais acompanhando o processo de venda de ações na Bolsa de Valores do Paraná. Mas, haveria artigos outros a serem alterados na própria Mensagem Governamental para dar mais poder de fiscalização à Assembléia Legislativa do Estado. Assim não entendeu a maioria, e a maioria preferiu votar de acordo com o Substitutivo.

Esperamos apenas que o bom senso que teve o Governo em colocar em alguns artigos da Mensagem Governamental prevaleça na apreciação do projeto votado pela Assembléia para que, restabelecendo na sua origem o mais fiel possível, possa a COPEL se reestruturar perfeitamente e ter recursos necessários para a realização das grandes obras a serem realizadas no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Substitutivo Geral aprovado em 2.ª Discussão ao Projeto 655/93.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Gostaria de registrar o meu voto contrário.

A SRA. EMILIA BELINATI - Gostaria de registrar o voto contrário do PDT.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estão registrados.

O projeto irá à Redação Final.

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/93, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e Simbologia 9-C. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e CONTRÁRIO da S.P.. Emenda

das de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS AO PROJETO DE LEI N° 399/93

P A R E C E R:

As Emendas n° 01, 02 dos nobres Deputados Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, e os de número 03, 04 e 05, do Deputado Hermas Brandão, as 06, 07, 08 e 09 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, ao Projeto de Lei n° 399/93 de autoria do Poder Executivo, objetiva criar na Secretaria de Estado de Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em comissão, com denominação de Assistente de Segurança Pública, com simbologia 9-C, estão aptos para serem apreciadas pelo douto Plenário deste Poder Legislativo.

É a parecer.

Sala das Sessões, em 09.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Apoiamto: Ernani Pudell, Dalton Machuca, Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Paulo Maia, Emilia Belinati, Alceu Swarowski, Nilton Barbosa e Toti Colaço.

Está em discussão o projeto e as emendas. Em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)  
- Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Se acabamos de aprovar, talvez, o maior volume de recursos solicitado pelo Governo do Estado para aplicação em obras deste Estado - e esperamos que sejam aplicados na COPEL - se acabamos de oferecer recursos ao Governo do Estado, recursos que não estavam no orçamento e que poderão modificar totalmente a feição da nossa COPEL, agora estamos diante de um projeto - o mais imoral possível apresentado esse ano na Assembléia Legislativa - inconstitucional em todos os aspectos. Projeto ilegal que não poderia receber, em sã consciência, o apoioamento de todos os Senhores Deputados, porque não é o fato de estarmos criando 150 cargos de assistentes de delegados de polícia; estamos estabelecendo um conceito de funcionário público que não se coaduna com os princípios que devam nortear uma boa administração.

Existem várias emendas apresentadas a este projeto tentando melhorá-lo, mas não há que melhorar o que está errado, não há condições de melhorar um projeto flagrantemente inconstitucional que poderia ser fruto de lei complementar e não projeto de lei ordinária, porque está alterando uma lei complementar baseando em duas leis inexistentes, leis sem ação.

O problema de segurança neste Estado é grave. Desde o primeiro dia deste período legislativo as reclamações são constantes com referência à segurança. E ainda agora, no Município de Arapongas, a Dra. Oneide Negrão de Freitas, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca, distribuiu à imprensa uma nota de esclarecimento nos seguintes termos - e quero lê-la para constar nos Anais desta Casa (Lê):

"Lamentável, reconheça-se, foram as duas fugas de presos da cadeia pública local, em menos de 03 (três) meses. Na primeira fuga, quatro detentos perigosos já condenados, com sentença transitada em julgado e que deveriam estar recolhidos no Sistema Penitenciário do Estado.

Pois bem. Não raras vezes, as pessoas não esclarecidas suficientemente bem, sobre a questão, de plano colocam a culpa na Justiça, por fatos dessa natureza.

E, bem por isso, se faz necessário e oportuno, este esclarecimento, posto que, a culpa pelo ocorrido, não cabe, em absoluto, à justiça, ou ao Juízo de Direito da Vara Criminal desta Comarca.

Isto porque, os presos, recolhidos na cadeia pública, efetivamente, ficam à disposição da Justiça, ou do Juízo de Direito que determinou a sua custódia ou prisão.

Todavia, a responsabilidade pelo cuidado e vigilância do preso, é da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Aliás, há uma grande divergência a respeito desta questão. A Polícia Civil, através do Carcereiro é responsável pela vigilância do detido, internamente; enquanto que, a Polícia Militar é responsável pela vigilância externa da prisão.

Necessário se torna esclarecer de que forma ocorreu a fuga. Por negligência da vigilância interna ou externa do presídio. Tomamos, por dever de ofício, providências no sentido de determinar a abertura que inquéritos policiais para apurar a responsabilidade criminal dos envolvidos nas duas fugas e, concluída a peça investigatória policial, os indiciados responderão competente ação criminal. Na eventualidade de demonstrada a culpabilidade, seja quem for, receberá por parte do Juízo Criminal desta Comarca, a reprimenda criminal necessária e devida.

Outro problema que deve ser esclarecido é a falta de responsabilidade do Governo do Estado que, efetivamente, não investe na segurança pública. Por isso que o Sistema Penitenciário do Estado está falido. Não existem vagas suficientes na Penitenciária do Estado para abrigar o recolhimento dos presos condenados em todo o Estado e, por isso, ficam, como ficaram os desta cidade, definitivamente condenados, mas, na cadeia pública local.

Se o Governo do Estado gastasse menos em propaganda ilusória, mentirosa, enaltecendo condições e situações que o Estado não possui, dizendo que aqui no Paraná o Brasil dá certo, e carresse o recurso de propaganda à Segurança Pública, na construção de cadeias públicas e penitenciárias e no seu melhor aparelhamento, com certeza, deixaríamos de ter um Governo demagogo, vendedor de ilusões e teríamos, efetivamente, um Governo, sério, equilibrado, confiável, eficiente que equacionasse com presteza a questão da segurança em nosso Estado.

Exemplos vários poderíamos citar por vivê-los diariamente, em nosso Estado. Rebeliões de presos são feitas de forma constante, especialmente, em Londrina, cidade vizinha, por completa impossibilidade de se manter na cadeia pública, caindo aos pedaços a lá existente, o número elevado de presos, muitos, já condenados definitivamente e que deveriam estar abrigados no sistema penitenciário do Estado.

Certo é, e tal afirmação faço publicamente, para tranquilidade dos jurisdicionados desta Comarca, onde exerço as funções de Juiz Criminal que a Justiça não se omitirá na apuração da responsabilidade criminal dos envolvidos e que têm a responsabilidade da vigilância dos presos na cadeia pública local, e o fará, com a maior celeridade possível, a fim de que se extermine a impunidade daqueles que tendo a responsabilidade em decorrência de sua atividade funcional, em cumprindo sua função legal, exerça efetivamente, a vigilância na cadeia pública, impedindo às sucessivas fugas de presos.

(a) DRA. ONEIDE NEGRÃO DE FREITAS

MM. Juíza de Direito da

Vara Criminal desta Comarca"

A esse respeito, enviei em 28 de outubro, um fax ao Senhor José Moacir Favetti e até a presente data não recebi nenhuma resposta, não tive consideração para fatos importantes que relatei onde fazia a seguinte explicação ao Senhor Secretário (Lê):

"Minhas constantes viagens a Arapongas têm possibilitado sentir as dificuldades por que passa o órgão de segurança local, sob a responsabilidade do Delegado Roberval.

Com uma viatura em péssimas condições e outras duas necessitando de urgentes reparos, impedem uma ação mais eficiente, além do problema de combustível que em determinados momentos é resolvido através da Prefeitura Municipal.

Existe grande preocupação por parte da população ante o aumento do número de roubos e assaltos.

Apelo ao nobre Secretário para inclusive, estudar a possibilidade de construir

Curitiba, segunda, em 13.12.93

nova delegacia, cujas instalações diminutas não permitem o trabalho de um segundo escrivão de polícia e para outras atividades burocráticas.

Também o fornecimento de uma viatura nova é imprescindível para a realização de um trabalho que devolva ao município a tranquilidade perdida.

Sabe muito bem Vossa Excelência que somente quando é grave a situação é que transformo meus pedidos em apelo.

Parque Industrial expressivo, o Município de Arapongas está entre os 15 maiores contribuintes do Estado, razão pela qual deve merecer atenção compatível com sua importância.

Confio na ação pronta de Vossa Excelência".

Que por sinal, deste 28 de outubro não teve a menor repercussão.

E, para concluir, Senhor Presidente, nas duas vezes em que os presos evadiram da Delegacia de Polícia de Arapongas, estava a Delegacia sob a responsabilidade de um "calça curta", de um suplente de delegado de polícia, sem a menor condição para a função que estava exercendo. E, por conseguinte, a sua atividade veio a colocar em perigo, mais uma vez, a sociedade de Arapongas.

Votar favoravelmente à criação de 150 novos cargos de assistentes de delegados de polícia, apesar de ser uma lei totalmente constitucional é imoral. E imoralidade esta Assembleia não pode praticar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Aproveito e farei também o encaminhamento das Emendas. Nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que este Projeto é inconstitucional. E, por ter este entendimento, já uma das razões para votar contrariamente.

A outra razão que se apresenta, é que é nitidamente um projeto eleitoral para criação de cargos para cabos eleitorais para as próximas eleições, isto servindo como negociação para apoio a este ou aquele candidato.

Uma terceira razão que se apresenta é justamente a necessidade de termos delegados de carreira para exercer estas funções e não largar na mão dos chamados delegados "calças curtas", que não têm o preparo jurídico e técnico necessários para desempenhar estas funções.

E ainda, entendemos que as Emendas a-

presentadas não melhorem o Projeto original. Inclusive, algumas delas inconstitucionais, ferindo o artigo 27, inciso II da Constituição Estadual, que diz que a "investidura a cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração".

Portanto, as emendas que se apresentaram no sentido de tentar corrigir o erro do Governo, emenda propondo concursos públicos, são inconstitucionais, porque para ganharem este caráter, aquelas emendas teriam que criar cargos e teriam que fazer concurso público para um determinado cargo e não para uma comissão de livre indicação e exoneração do Senhor Governador.

Então, votaremos contra estas emendas que apresentam estas características, contra o projeto original.

Votaremos favoravelmente à emenda que estabeleça que se tenha no mínimo alguma qualificação, como a questão do 2º grau e outras qualificações, para que este cargo, já que não é preenchido por um delegado de carreira que é eficiente e técnico da área, pelo menos seja indicado pessoa com o mínimo de conhecimento na área e a obrigatoriedade do concurso público.

Por último quero justificar a ausência do Deputado Ovídio Constantino, colega de Bancada, que em função inclusive do pronunciamento que fez nesta Casa em defesa do PROAGRO, foi chamado até o Banco Central para que, junto com os agricultores que lá se encontram, entrasse na sala de negociação para que esses agricultores, que há cinco anos não recebem o PROAGRO, o tenham devidamente quitado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não pretendia voltar à tribuna, mas acho - não entendi até agora - pedi que esse Projeto voltasse à Comissão de Segurança Pública e o Deputado Hermas Brandão, quando presidia esta Casa, determinou que este Projeto voltaria à Comissão de Segurança Pública para uma análise; pedi inclusive ao meu querido Deputado Erondy Silvério que também me encaminhasse esse Projeto à Comissão de Segurança Pública, que voltaríamos a fazer mais uma análise. Lamentavelmente, não sei o porquê, esse Projeto não retornou à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

Senhores, são requisitos básicos para o ingresso na carreira da Polícia Civil do

Paraná: ser brasileiro, ter no mínimo 18 anos de idade, estar quites com as obrigações eleitorais e militares, não registrar antecedentes criminais, ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, possuir temperamento adequado ao exercício da função policial, ter habilitação específica para a categoria que concorrer, curso de Direito para delegado da Polícia Civil.

Mas estou me referindo apenas a quem quer ingressar na carreira policial. E esse projeto, lamentavelmente, cria cento e cinquenta cargos de segurança pública no Estado do Paraná. Como é que pode criar cento e cinquenta cargos de assistentes de segurança? Como é que pode ser assistente de segurança se não tem um curso? Temos que levar esse cidadão - Deputado Colombino - a um curso, ele tem que fazer um curso na Academia da Polícia, ele tem que saber o que é autoridade de "otoridade", ele tem que saber o que é um revólver, ele tem que saber o que é uma máquina de datilografia, ele tem que entender o que é Constituição, o que é Código Civil.

Meu Deus do céu, quer dizer, você cria cargos, o cidadão chega na delegacia, senta: "sou o delegado". Não, não é assim, tanto é que fizemos um apelo aqui que houvesse abertura de pelo menos concurso na Polícia Civil para Delegados de Polícia.

Estou sabendo que o Governador do Paraná vai abrir um concurso para delegados de carreira no Paraná. Aí eu concordo. O que não concordo - Deputado Colombino - voto contra o projeto, sou contra, não adianta, vou votar contra; é claro, voto a favor da minha emenda, tenho a minha emenda, a emenda do Deputado Paulo Maia - sei que vou perder - mas pelo menos na minha emenda aqui - Deputado Colombino - estou pedindo pelo menos um curso, exame psicotécnico, estou pedindo pelo menos que tenha o 2º grau completo.

Estou tentando.

Agora, o que não entendo, pelo amor de Deus - ou sou burro ou não sou burro. Veja só, Deputado Nelson Justus, temos na Polícia Civil hoje 150 bacharelados de Direito, 150 escrivães, agentes de segurança, 150, mais de 150, por que não trazer esses 150 então para prestar um concurso, entendeu, para entrar na Polícia Civil?

Então, tem determinadas coisas que não entendo. Sonho em caminhar para a frente e num projeto desses estou caminhando para trás. Não dá para entender! Não dá para entender, porque criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública 150 cargos em Comissão com a denominação de Assistentes de Segurança. Não existe Assistente de Segurança na Polícia Civil, gente! Vamos parar com isto! Existe Detetive, existe o

Agente de Segurança, existe a Polícia Técnica, existe o Escrivão, mas não existe - me perdoem, o cara mesmo que bolou este troço aqui, Assistente de Segurança... Quer dizer que o cara é Assistente da Segurança Pública. Não entendi. Ele assiste a segurança? Ele dá assistência à segurança? Confesso aos senhores que não dá para entender. Já debati isto aqui muito com o meu querido Deputado Toti Colaço, o Deputado Toti Colaço sabe da minha idéia, entendeu? Sou contra, voto contra, acho que precisamos criar concursos para trazer vários bacharelados em Direito que estão na Polícia Civil do Paraná, prestar concurso, ser um Agente de Segurança, prestar concurso numa série de áreas dentro da Polícia Civil.

Precisamos é caminhar de encontro ao nosso grande destino, um Paraná com gente, um Paraná com uma segurança forte; olha, um Paraná em que a geladeira do Instituto Médico Legal de Londrina só funciona uma, e tem seis. Tem que botar cadáver, tirar cadáver, descongelar cadáver, congelar cadáver, e feda cadáver, e deixa o outro feder. Ora, vamos parar! Meu Deus, um IML de Londrina que não tem luvas para o Maurício, que trabalha - sou carrapicho de polícia, me criei no plantão de uma delegacia de polícia, me criei, dormi no plantão, sei o que são os porões de uma delegacia de polícia, sou jornalista, me criei, ora pombas - o Maurício trabalha há mais de trinta anos no Instituto Médico Legal e ele não tem uma luva para colocar na mão para pegar o cadáver. Não tem.

Meu Deus do céu, por que não pegam esse dinheiro então e aplicam na geladeira do Instituto Médico Legal de Londrina? Por que não pega esse dinheiro então e aplica nas luvas para carregar cadáver? Não estou aqui brincando, não.

Olha, sinceramente, tem aqui da inconstitucionalidade do anteprojeto, tem aqui, basta ler, você lê os requisitos básicos para ingresso. Precisamos caminhar para um Paraná do futuro, gente. Não podemos ir para trás.

Não existe cargo de Assistente de Segurança Pública. Temos é que trazer gente que sai da universidade, que quer realmente ingressar na polícia. Temos que trazer gente que às vezes sua, dão a vida inteira para cursar uma universidade. Precisamos de Psicólogos nas delegacias, de Assistentes Sociais, de psiquiatras; precisamos de Escrivães de Polícia, mas com curso, precisamos de Agentes de Segurança, precisamos de Detetives profissionais dentro da Polícia Civil.

Me perdoem, mas não estou mentindo, gente. Não existe condições. Disseram-me que isso aqui é para campanha política. Não entendi. Então se é campanha política,

Curitiba, segunda, em 13.12.93

deveria ser o seguinte: "objetiva criar na Secretaria, 'não de segurança pública, mas do governo do Paraná' 150 cargos de cabos eleitorais, comissão símbolo tal..." Seria mais simpático.

Vamos perder, não tem jeito. Os homens do lado de lá vêm, passam em cima da gente, parecem um avião. Não tem jeito, vou falar o quê?

Muito obrigado.

O SR. VALDERI VILELA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

De volta a esta tribuna, gostaria de iniciar o nosso pronunciamento, dizendo que esta Casa não muda. Temos uma Comissão de Constituição e Justiça, nesta Casa, que deveria, Senhor Presidente, ter mais atenção aos Projetos que por lá tramitam. Não se pode emitir pareceres favoráveis simplesmente para agradar o Governador.

Tem nessa C.C.J. Deputados que conhecemos bem, são Deputados responsáveis, são Deputados que estão nesta Casa há alguns anos, que sabem que esse Projeto não é, simplesmente, inconstitucional. É um projeto absurdo, é um projeto que vai transformar esta Assembléia, na composição dos seus Deputados, em pessoas que não sabem, sequer ler uma Constituição.

Não há como, Srs. Deputados, votar favorável a um Projeto dessa natureza. Não faltou, para esse Projeto, explicações. O Deputado Algaci Túlio que apresentou um parecer digno, que foi lido por todos os parlamentares desta Casa, trouxe pareceres da Associação dos Delegados do Paraná, da OAB - PR, trouxe pareceres de processualistas dizendo que este processo é uma vergonha para o Paraná.

Eu sei, Sr. Presidente Orlando Pessuti, que esse projeto é um projeto político-eleitoreiro, mas não é um projeto político, é um Projeto politiqueiro. Porque querem, nos pequenos municípios do nosso Paraná, colocar no comando da Segurança Pública pessoas sem as mínimas condições para o cargo. Diz o Projeto original, "para os municípios onde não possuam cargos de delegados de carreira".

Ora, Sr. Presidente, Senhores e Senhora Deputada, é um absurdo não se promover concursos mesmo nas pequenas cidades. Porque quando o Governador é eleito ele é eleito também com o voto dos pequenos municípios. Os Deputados são eleitos com o voto dos pequenos municípios. A população do pequeno município não pode ser tratada de forma diferenciada. A população do pequeno município merece o respaldo de todos os ocupantes de cargos eletivos em qualquer estado desta Federação.

O que vemos aqui neste Projeto é um verdadeiro abuso contra o direito do cida-

dão que mora no pequeno município.

Nós não concordamos com isto!

A Bancada do PDT já se manifestou contrária ao projeto e nós vamos votar contra o projeto.

Entendemos que não se pode tomar atitudes dessa natureza. No entanto, como disse o Deputado Alborghetti, a Segurança Pública padece. E como disse o Deputado Colombino, a situação da Segurança Pública do seu município é muito difícil. E sabemos como é a situação da Segurança Pública no Paraná.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, não poderia ser de outra forma a votação.

Por isso, meus nobres Deputados do PMDB e do PP, da Bancada que dá sustentação ao Governo, o ideal seria a remessa, a devolução deste Projeto ao Poder Executivo, de onde ele nasceu, e que idéia infeliz! Que seja reformulado e devolvido ao nosso Parlamento para a sua devida análise.

Porque, Sr. Presidente, nós da Bancada do PDT temos um compromisso assumido, se essa ação for aprovada estaremos batendo no Tribunal de Justiça com ação declaratória de inconstitucionalidade, conforme permite a nossa Constituição Estadual. E, para evitar isso, seria necessário providências dessa natureza. E para isto a Bancada do PDT votará contra o projeto.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas. **Aprovado.**

O SR. VALDERI VILELA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação.

Antes, porém, a Presidência registra com satisfação a presença neste Plenário, do nosso amigo, grande companheiro da Assembleia Legislativa, ex-Deputado Márcio José Almeida.

Atenção, Srs. Deputados, para a verificação de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis ao Projeto n° 399/93, queiram levantar-se.

Vinte e cinco (25) Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nove (09) rejeitam.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda n° 1.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Tal projeto foi razão de uma reunião

recente na Liderança do PMDB, onde estavam presentes representantes do Poder Executivo, da assessoria do Deputado Renato Adur, Líder do PMDB e dos servidores públicos.

Nesta reunião houve um acordo entre todas as partes de que fosse aprovado este projeto como está, apesar de todas as falhas constantes nele e que em abril será feito um seminário. O fruto deste seminário, aí sim, será colocada uma nova proposta de lei alterando o que agora está sendo votado, se for necessário.

Neste sentido, é que nós, do PT, votaremos favoráveis ao projeto, às emendas, em função deste acordo feito recentemente. Porque aí sim poderemos corrigir todas as distorções que se encontram neste projeto.

Queremos dizer que a razão deste acordo de aprovar como está, apesar da deficiência, é para que alguns servidores que tenham tido dificuldade no recebimento de percentual de insalubridade possam fazer neste final de ano e começo do ano que vem. Daí sim com uma nova lei, com uma nova proposta, corrigindo todas as distorções em abril poderemos votar com maior tranquilidade o novo projeto.

Por isto o apoio do PT, com estas condições colocadas.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeremos votação em bloco de todas as emendas deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A questão de ordem de V.Exa. procede. O Regimento Interno, em seu artigo 171, prevê a votação em bloco de emendas que tenham tido pareceres favoráveis ou se todos tivessem recebido pareceres contrários.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as emendas n°s 1, 2, 3 e 4 (em bloco).

**Aprovadas as emendas.**

O projeto irá à 3ª. Discussão no dia de amanhã.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 572/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/93, que objetiva alterar disposições da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e S.P. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL C.C.J.

Estão em discussão o Projeto e Emendas. Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas.

Emenda n° 01, dos Deputados Luiz Car-



los Alborghetti, Paulo Maia, Algaci Túlio e outros. **Aprovada.**

Emenda n° 02...

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sou contra todas as emendas, em virtude da inconstitucionalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se, em todos os momentos, o voto contrário do Deputado Mário Bezerra.

Emenda n° 02, dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Maia, Algaci Túlio e outros. **Rejeitada.**

Emenda n° 03, do Deputado Hermas Brandão. **Rejeitada.**

Emenda n° 04, do Deputado Hermas Brandão. **Rejeitada.**

Emenda n° 05, do Deputado Hermas Brandão. **Rejeitada.**

Emenda n° 06, do Deputado Arlindo Troian e outros Senhores Deputados. **Aprovada.**

Emenda n° 07, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. **Aprovada.**

Com votos contrários dos Deputados Mário Bezerra e Doutor Rosinha.

Emenda n° 08, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. **Rejeitada.**

Emenda n° 09, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. **Rejeitada.**

O Projeto irá à 3.ª Discussão na sessão de amanhã.

#### ITEM 08

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 581/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 065/93, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 1994, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O. SUBSTITUTIVO GERAL da C.O.

Em votação.

Para encaminhar a votação, inscrito o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que Vossa Excelência, na condição de relator da Comissão de Orçamento, tem dez minutos e mais dez, se necessários, de acordo com o Regimento.

O SR. HEINZ HERWIG - Gostaria de comunicar aos colegas Deputados que o Substitutivo apresentado por este Relator, procurou acatar a maioria das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados. Foram acatadas no Substitutivo todas as emendas programáticas, todas as emendas que destacavam alguma obra, alguma solicitação dos Senhores Deputados.

Curitiba, segunda, em 13.12.93

São mais de 523 emendas apresentadas. 502 foram acatadas por este relator e destas 502, 490 emendas se referiam aos diversos programas apresentadas pelo Governo.

São emendas que apenas destacam as obras que os Senhores Deputados julgam do interesse das comunidades que representam e que o Governador poderá executá-las se houver recurso para isso.

Essas emendas não possuem valor. Como falei, apenas destacam as obras que os Senhores Deputados gostariam que fossem realizadas nas suas regiões. Essas emendas foram todas acatadas, visto que tivemos muito trabalho para eliminar algumas emendas; discutir as emendas com o Governo; mas depois, as emendas não foram realizadas.

Por isso achamos por bem acatar todas as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados, independentes de que sejam de qualquer região, ou de qualquer Deputado.

As emendas de valor e as emendas programáticas, as emendas mais problemáticas, que modificam substancialmente, naturalmente a própria lei do orçamento, nós resolvemos fazer um pouco diferente e resolvemos fazer uma reunião com as lideranças de todos os partidos com assento nesta Casa, para que se pudesse conseguir pelo menos, uma maioria de apoio a essas emendas.

Levamos numa região, na Presidência desta Casa, levamos todas as emendas ao Posto da Lei e as emendas de conteúdo e valor que os Senhores Deputados gostariam de incluir no Orçamento.

Após a discussão, num tempo bastante elevado, numa manhã inteira, chegou-se, não ao ideal, mas ao consenso onde a maioria das lideranças presentes naquela reunião, acataram algumas e sugeriram que outras fossem rejeitadas. Foi isso o que fizemos, como relator da Comissão de Orçamento, tão bem presidida pelo Deputado Nelson Justus. Procuramos acatar a maioria das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados.

O que achamos, é que a emenda é uma prerrogativa dos Senhores Deputados, é a maneira que os Deputados podem auxiliar o Governo ao executar as obras tão necessárias para a população do Paraná, e é por isso que procuramos acatar a maioria das emendas.

Claro que todas as emendas não foram possíveis - algumas emendas praticamente acabavam com algumas Secretarias, e isso não é prerrogativa dos Senhores Deputados - tivemos que rejeitar algumas emendas de valor porque elas retiravam valores substanciais de algumas Secretarias que poderiam, com isso, ser extintas; isso não é possível.

As emendas ao texto da lei, que são as emendas mais fortes, que são as emendas que mais divagavam tempo e que todo ano desde que esse Deputado é relator desse orçamento, tem sido apresentada pelos Senhores Deputados, houve por bem o Colégio de Líderes, sugerir que este relator aprovasse algumas e rejeitasse outras tantas. E foi isso que fizemos no nosso relatório: procuramos sintetizar aquela reunião feita com todos os partidos com assento nesta Casa, e fizemos um relatório em cima disso.

Procuramos, naturalmente, dentro dos preceitos legais, atender o que foi possível, o que os Deputados se propuseram a modificar no orçamento apresentado pelo Governo do Estado.

Volto a afirmar: é uma obrigação, uma prerrogativa dos Deputados fazerem emendas, melhorarem o orçamento do Governo, porque os Senhores Deputados é que têm ligação direta com suas regiões, com seus municípios, com as lideranças que representam. Eles podem muito bem auxiliar o Governo do Estado a executar, a propor um orçamento melhor, e com isso nós procuramos sintetizar o nosso substitutivo acatando todas as emendas possíveis para que se possa ter um orçamento que refletisse mais o pensamento desta Casa.

Volto a frisar: o ideal é que se acatassem todas as emendas, mas isso não é possível, porque, naturalmente essas emendas não refletiriam o pensamento da maioria desta Casa.

Conseguimos acatar um grande número de emendas, inclusive de Deputados da Oposição, porque acho que é a hora em que os Deputados da Oposição podem se manifestar mais livremente com suas posições.

Respeitamos todas as emendas apresentadas pelos Deputados, as que visavam melhorar o orçamento, e nessa qualidade é que acatamos a maioria das emendas apresentadas pelos Deputados.

Gostaria, então, de ter o apoio dos Senhores Deputados para aprovação desse substitutivo que reflete, com certeza, o pensamento da maioria dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A respeito da Lei do Orçamento algumas considerações, já fizemos no primeiro dia de votação.

Agora, queremos chamar a atenção dos Senhores Deputados para mais algumas ques-

tões colocadas.

No dia 09 de dezembro de 1993, foi publicado o substitutivo geral, o relatório da Lei de Orçamento. Na página 129 há uma emenda de conteúdo programático destinando recurso do Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU, e ao Programa de Desenvolvimento Urbano. Isso não teria problema nenhum se tal emenda tivesse sido pelo menos assinada pelos Deputados e por algumas Bancadas, poderíamos chamar tal emenda de "emenda anônima", e ainda a mesma emenda não consta no avulso do Diário da Assembléia do dia 1º de dezembro de 1993. Portanto, é uma questão que se destaca: ela foi colocada após a publicação daquele avulso.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, que sempre nos temos colocado contra a subvenção social de entidades do setor privado, traz também naquele caderno a manutenção ainda desse tipo de prática, prática inclusive tem sido condenada em Brasília através da CPI do Orçamento.

Seria de bom alvitre que tais emendas não fossem acatadas. Então, é uma das razões que nos leva, nós do Partido os Trabalhadores, a votar contrariamente à Lei Orçamentária.

Outra questão é analisar, comparando o que está colocado na Lei do Orçamento e o que consta na LDO. A Lei das Diretrizes Orçamentárias coloca a educação, segurança e saúde como ponto número um da administração Roberto Requião e em sexto lugar coloca a questão de infra-estrutura, Secretaria de Transportes.

Contrariando o que diz a LDO, quando vamos ver os recursos globais, a prioridade é fixada em transportes, dando um total 13,45% dos recursos e a educação vem em segundo lugar com 12,16%.

Se formos olhar pelo ângulo único e exclusivamente do orçamento fiscal, a Secretaria dos Transportes passa a receber 16,63% e em segundo lugar, ficando em primeiro, aí sim, a educação com 17,24%.

Outra questão que se levanta é que analisar as emendas pelo acordo feito nas Lideranças, onde cada Deputado apresentasse dez emendas. Chegamos a constatar que dentro do mesmo papel, dentro da mesma folha, para apresentar uma emenda chegou Deputado a apresentar quarenta e nove emendas; poderíamos chamar de subitens ou subemendas, mas são quarenta e nove apresentadas.

Então, essas razões que nos levam, nós do Partido dos Trabalhadores, votarmos contrários à lei orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto, ressalvado o substitutivo.

Registre-se os votos contrários dos

Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Colombino Grassano e Emilia Belinati.

Esta Presidência colocará em votação o substitutivo geral da Comissão de Orçamento, lembrando os Senhores Deputados que, de acordo com o Artigo 209, do Regimento Interno, encontra-se à Mesa Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia e da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Luiz Carlos Martins, Domingos Carvalho e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda n° 084 apresentada ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 1994. Deferido.

Então, votaremos o substitutivo e, em seguida, dentro daquilo que estabelece o regimento e do requerido pelos Senhores Deputados, votaremos em destaque a emenda n° 84.

Está em votação o substitutivo.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**, com os votos contrários dos Deputados Rosinha, Ovídio e Emilia Belinati.

Está em votação a emenda 084.

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Requeremos destaque para a emenda n° 084, que suprime os incisos III, V, VI e VIII do Artigo 9°, do Projeto de Lei n° 581, que é a Proposta Orçamentária.

A nossa emenda não foi acatada pelo substitutivo e, por isso, então, estamos requerendo o destaque para essa emenda.

Esses incisos III, V, VI e VIII do Artigo 9°, são inconstitucionais e ilegais porque a Lei n° 4.320 exige que autorização para abertura de créditos suplementares seja com valores limitados até determinada importância. O Executivo não poderia pedir e nem o Legislativo pode conceder créditos ilimitados. De acordo com a redação do Artigo 167 da Constituição Federal também não pode ser apresentado pedido de suplementação de recursos sem limite.

Então para isso pedimos que os companheiros votem a favor da nossa emenda, porque se for votado o substitutivo como está, estaremos votando um substitutivo ou um orçamento inconstitucional e ilegal.

Peço então aos Deputados que votem favoravelmente à nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda n° 084, de autoria da Deputada Emilia Belinati e Deputado Paulo Maia.

**Rejeitada.**

A SRA. EMILIA BELINATI - Verificação de Votação.

Curitiba, segunda, em 13.12.93

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a Verificação de Votação.

11 aprovam.

26 rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

O projeto irá a terceira votação na sessão de amanhã.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 646/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia Floriano da Rocha Walter, o trecho que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 155, de 08.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 646/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Namir Piacentini tem por objetivo denominar Rodovia Floriano da Rocha Walter o trecho que liga o perímetro urbano do Município de Luiziana ao trevo de acesso ao referido Município, na PR-487 (Rodovia Campo Mourão - Iretama).

Chamada esta Comissão a opinar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.93  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 646/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Namir Piacentini, o projeto de lei em tela, tem por finalidade denominar "Rodovia Floriano da Rocha Walter" o trecho que liga o perímetro urbano do Município de Luiziana ao trevo de acesso ao referido Município, na PR-487 (Rodovia Campo Mourão-Iretama).

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, inexistente qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93  
(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que na sessão de amanhã estaremos apreciando a proposta de emenda à Consti-

tuição, que já foi aprovada em primeiro turno.

Portanto necessário se faz a presença de todos os Srs. Deputados.

## ITEM 10

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 649/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 156, de 09.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 649/93

## P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati, Projeto de Lei n° 649/93 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede na cidade de Londrina.

Da análise do referido projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais contidos na Lei n° 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

## ITEM 11

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 652/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que Denomina Rodovia Januário Chiulli, o trecho compreendido entre o trevo de acesso à PR-468 (Janiópolis-Boa Esperança), saindo da BR-369 (Campo Mourão-Cascavel) até a BR-272 (Campo Mourão-Goioerê). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 156, de 09.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 652/93

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei n° 652/93, visa denominar "Rodovia Januário Chiulli", o trecho rodoviário compreendido entre o trevo de acesso à PR-468 (Janiópolis-Boa Esperança), saindo da BR-369 (Campo Mourão-Cascavel) até a BR-272 (Campo Mourão-Goioerê). Do ponto de vista regimental e constitucional, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

O projeto de lei em pauta, visa prestar uma justa homenagem a uma pessoa que dedicou toda sua vida lutando pelo progresso de uma região, e ajudando na construção de um município, onde veio a construir sua família.

Por se tratar de uma homenagem a um pioneiro e desbravador desse rico chão paranaense, o nosso parecer é favorável, cabendo ao douto Plenário a sua posterior aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 652/93

## P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 652/93, de autoria do Ilustre Deputado Namir Piacentini, que denomina "Rodovia Januário Chiulli", o trecho compreendido entre o trevo de acesso à PR-468 (Janiópolis-Boa Esperança), saindo da BR-369 (Campo Mourão-Cascavel) até a BR-272 (Campo Mourão-Goioerê).

Verificamos que este projeto se trata de uma justa iniciativa, que vem prestar homenagem a uma pessoa dedicada a evolução das regiões supracitadas.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Só gostaria de registrar nos Anais da Casa que hoje, dia 13 de dezembro, completa 25 anos da promulgação do Ato Institucional n° 5, instrumento jurídico utilizado pelo Regime Militar que concedeu poderes quase irrestritos ao Presidente Arthur da Costa e Silva e a partir de 13.12.68 o regime militar passou a viver a sua fase mais autoritária.

A data é lamentável e triste: hoje completamos 25 anos daquele período de autoritarismo no País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda bem que as Bodas de Prata estão sendo comemoradas com este Ato já falecido.

## ITEM 12

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 664/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a Assistência ao Menor Allan Kardec, com sede e foro no Município de Ubatuba-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 161, de 16.11.93).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 664/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 664/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Assistência ao Menor Allan Kardec, com sede e foro no Município de Ubiratã-Pr.

Da análise do referido projeto, em razão de o mesmo atender o disposto na Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 685/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Criança Renal com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 165, de 23.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 685/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Criança Renal", com sede e foro em Curitiba-PR.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 690/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 165, de 23.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 690/93

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com foro e sede nesta Capital.

Os documentos acostados comprovam, por outro lado, que a Organização das Cooperativas do Paraná, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da Diretoria não são remunerados pela sociedade e relevantes.

Curitiba, segunda, em 13.12.93

Cumpra a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III, IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registro o voto contrário do PT.

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 691/93, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública o Lar da Criança Dr. Bezerra de Menezes, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 165, de 23.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 691/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final de deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 700/93, de autoria do Deputado João Preis, que denomina Escola Estadual Jairo Alves Bonfin Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo a atual Escola Brasília Itiberê, Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo, situada no Município de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 166, de 24.11.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 700/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Preis, o Projeto de Lei n° 700/93, tem por finalidade denominar "Escola Estadual Jairo Alves Bonfin" Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo a atual Escola Brasília Itiberê,

localizada no Município de Maringá.

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 700/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 700, de autoria do Nobre Deputado João Preis, que denomina "Escola Estadual Jairo Alves Bonfin" Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo a atual Escola Brasília Itiberê, subordinada à Secretaria de Estado da Educação, situada no Município de Maringá.

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 701/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Indianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 166, de 24.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 701/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, o Projeto de Lei n° 701/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Indianópolis.

Da análise do referido projeto em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 703/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - Criança Feliz - de Palmital - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 167, de 25.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 703/93

P A R E C E R:

Analisando o presente Projeto de Lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 704/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Moradias Flamboyant - Curitiba - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 167, de 25.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 704/93

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Moradores Moradias Flamboyant" - Curitiba - Paraná.

Os documentos acostados comprovam, por outro lado, que a "Associação de Moradores Moradias Flamboyant" é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da Diretoria não são remunerados, pela sociedade.

Cumpra a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 20

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 726/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1936/93, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Auditor e

Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em novembro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 171, de 02.12.93 - Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 726/93

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Ofício n° 1936/93, o Projeto de Lei n° 726/93, ora em trâmite para exame por esta Comissão, reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Auditor e Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1° de novembro de 1993.

Na análise proferida, não foi encontrado óbice algum que pudesse sustar a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato, emito parecer favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 726/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1936/93, objetiva reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em novembro de 1.993.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 023/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza a realização de plebiscito para consultoria à população sobre a criação do Município de Serranópolis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. (Publ. no D.A. n° 149, de 27.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 023/93

P A R E C E R:

Propôs o autor projeto de resolução visando autorizar a realização de plebiscito sobre a criação do Município de Serranópolis.

Curitiba, segunda, em 13.12.93

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, por preencher os requisitos da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23/93

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Serranópolis.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontrou qualquer óbice que impeça a tramitação do projeto de resolução em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
EDSON SILVA LINO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Retirado pelo autor.

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Como informação ao Plenário, Senhor Presidente, antes do início desta Sessão, na Liderança do PMDB e do Governo, em conjunto e sob a Liderança do Deputado Renato Adur e ao lado do Deputado autor, Élio Lino Rusch, pudemos manter comunicação com S.Exa. o Prefeito Municipal de Medianeira, que já há 15 dias, ao lado de Vereadores daquele Município, comunicava-se com a Presidência desta Casa, dizendo das implicações da aprovação deste Projeto.

Dizia o Prefeito, naquele instante, na Presidência da Assembléia, que a criação do Município de Serranópolis traria implicações à vida daquele município, na medida em que 58% aproximadamente da área, integraria o novo Município, cerca de 25% das



rendas e receitas do município ficariam com o município a ser criado, e 15% da população seria a integrante da área desmembrada.

Face a isso e junto às implicações do município sede, o Deputado Élio Lino Rusch, sensível às implicações e procurando obter uma aprovação consensual, tanto a nível da comunidade local como também nesta Assembléia, fez ver e encaminhou - e este é o entendimento - foi pela aprovação em 1.<sup>a</sup> discussão desta matéria, para que na 2.<sup>a</sup> discussão pudéssemos ter a retirada deste Projeto; a reanálise pelas comunidades envolvidas, bem como pelas Lideranças desta Casa, já que o Município de Medianeira, que integra os 15 principais Municípios do Estado do Paraná, está entre os 15 Municípios mais importantes do Estado, e a perda de área correspondente a 58%, como também de receitas correspondentes a 25%, trará um realinhamento da própria geografia política e econômica da região.

Daí o encaminhamento que faço, em nome do Deputado Líder da Bancada do PMDB, Deputado Renato Adur, pela aprovação em 1.<sup>a</sup> discussão desta matéria, para que amanhã, a partir do entendimento que vai se fazer desde já, após aprovação em 1.<sup>a</sup> discussão, possamos apresentar - se não evoluir o consenso, que é o que quer o Deputado Élio Lino Rusch - possamos ter, então, a retirada da matéria por um período determinado, para que possamos obter a forma superior de democracia, que é o consenso político e social das comunidades envolvidas.

É o encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Na verdade conversamos no dia de hoje, com o Prefeito Luís Antônio Baú, da Cidade de Medianeira e aqui se fazem presentes, na tribuna à nossa direita, a Comissão Pró-Emancipação do Município a ser desmembrado de Medianeira - Serranópolis - formado pelos dois distritos: Jardinópolis e Flor da Serra. Destes 58% da área a ser desmembrada do Município de Medianeira, na verdade conta-se todo o Parque Nacional do Iguaçu, área improdutivo. Área útil, que o Município de Medianeira, hoje, ocupa com o futuro Município de Serranópolis e a área a ser desmembrada, de Medianeira, na verdade não corresponde a 58%, mas algo em torno de 25% da área útil. E da sua receita, Prefeito Luiz Antônio Baú e ainda por contato telefônico, no início desta sessão, e estávamos em companhia do Deputado Bona Turra e acertado também com o Líder

do PMDB e do Governo, Deputado Renato Adur, que votaríamos em 1.<sup>a</sup> discussão.

E a nossa equipe do gabinete já está trabalhando com a Secretaria da Fazenda, bem como também com a FAMEPAR, levantando os índices do Município de Medianeira, tanto do FPM, como do ICMS também, e para haverem valores do que representa isso com a criação do Município de Serranópolis. E logo após o término dessa Sessão vamos nos reunir com a Comissão pró-emancipação de Serranópolis e iremos entrar em contato com o Prefeito de Medianeira.

Se chegarmos num acordo no dia de hoje, ou no dia de amanhã, esse projeto poderá ser votado em 2.<sup>a</sup> discussão amanhã. E se não chegarmos a um entendimento, haveremos daí sim, com a Comissão pró-emancipação de Serranópolis, também com o Prefeito de Medianeira e também com o Líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa, fazer a nova negociação sobre a votação no dia de amanhã, ou depois de amanhã, ou deixarmos para o ano que vem.

Seria essa a colocação, e votaríamos na 1.<sup>a</sup> votação do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### ITEM 22

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Decreto Legislativo n° 003/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador para o exercício de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 003/93 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - A remuneração do Governador do Estado para o exercício de 1994, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 20% (vinte por cento) a título de ajuda de custo.

Art. 2° - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1994, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de ajuda de custo.

Art. 3° - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1994.

Sala das Sessões, em 02.12.93

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: Nilton Barbosa, Severino Fé-

lix, Eurides Moura e Nereu Alves de Moura.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/93

P A R E C E R:

O Projeto de Decreto Legislativo ora em exame por esta Comissão Técnica, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, tem por finalidade fixar a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná, para o exercício de 1994.

Analisando-se o pedido, em conformidade com o Art. 122, § 3º, III, do Regimento Interno desta Casa, inexistente qualquer impedimento à tramitação do presente.

Por esta razão, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/93

P A R E C E R:

Proposta apresentada pelo Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo fixar a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná, para exercício de 1994.

Em análise ao mérito da medida apresentada, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, após a exame constitucional legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável à aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em Votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, não sou contra o salário do Governador. Só por curiosidade: quanto seria o salário do Governador hoje?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está sendo fixado nos mesmos valores do salário do Desembargador.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Numericamente falando.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Temos que ver as tabelas desse mês, Deputado.

O SR. VALDERI VILELA (Pela Ordem) - Gostaria também de uma informação, Sr. Presidente: se conta para o salário do Gover-

Curitiba, segunda, em 13.12.93

nador o tempo de serviço do Desembargador, a função que ele ocupa como Presidente, as regalias que ele tem como Presidente, todas elas; porque remuneração está um pouco vago.

Então seria o número que viesse: três, cinco, dez milhões, como disse o Deputado Mário Bezerra. Só queremos saber o valor da remuneração, porque é muito fácil criticar quando não se sabe o valor, quando se sabe o valor fica mais fácil para votar a favor ou contra.

Só a título de ilustração, Sr. Presidente. Pode ser para a próxima Sessão, ficaríamos contentes para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No salário do Governador, evidentemente que não constam as vantagens de caráter pessoal que têm os Desembargadores pelo tempo de serviço.

Está em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 4943, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4934, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 4935 e 4936, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 4938 e 4939, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4945, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4948, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 4949, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 4950 a 4956, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4957, de autoria do

Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 4961 a 4967, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4930, de autoria dos Srs. Deputados Mário Bezerra, Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti e Doutor Rosinha, constante do expediente, de sessão anterior. **Encerrada a Discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Antes, porém, esta Presidência registra com satisfação a presença do Prefeito Onirio Fries e Vereadores Geraldo e Vitória, do Município de Campo Bonito, por solicitação do Deputado Nereu Moura.

(É Procedida a chamada nominal dos se-

nhores Deputados)

Responderam à chamada nominal 12 Srs. Deputados.

Não há quórum para votação e nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 14, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - das Proposições n.ºs 061/93 e 084/93.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 399, 572 e 581/93.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 646, 649, 652, 664, 685, 690, 691, 700, 701, 703, 704 e 726/93; e do Projeto de Resolução n.º 023/93; e do Decreto Legislativo n.º 003/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 072 e 530/91 e 686, 710, 728, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739 e 740/93; e dos Projetos de Resolução n.ºs 005 e 027/93.

Levanta-se a Sessão.